



1 **ATA N. 08/2017 DA 869ª REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSELHO REGIONAL**
2 **DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ – CRF-PR, REALIZADA NOS**
3 **DIAS 17 E 18 DE AGOSTO DE 2017. -----**

4 A Plenária iniciou-se às nove horas do dezessete de agosto de dois mil e
5 dezessete, na Sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná –
6 CRF-PR, situado na Rua Presidente Rodrigo Otávio, 1296 – Hugo Lange, em
7 Curitiba/PR. -----

8 **Presentes: Dr. Arnaldo Zubioli – Presidente, Dr. Emyr Roberto Carobene**
9 **Franceschi – Vice-Presidente, Dra. Mirian Ramos Fiorentin – Diretora**
10 **Tesoureira, Dra. Marina Gimenes – Diretora Secretária-Geral, Dra. Cynthia**
11 **França Wolanski Bordin, Dr. José dos Passos Neto, Dra. Karen Janaina**
12 **Galina, Dr. Márcio Augusto Antoniassi, Dra. Maria do Carmo Marques**
13 **Baraldo, Dra. Marina Sayuri Mizutani Hashimoto, Dra. Mauren Isfer**
14 **Anghebem, Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki e Dra. Sandra Iara**
15 **Sterza - Conselheiros Regionais. Dr. Valmir de Santi, Conselheiro Federal -**
16 **Justificativa de ausência: Dr. Edmar Miyoshi, Dr. José Antônio Zarate**
17 **Elias e Dr. Maurício Portella -----**

18 Presentes também: Lauro Stellfeld filho – convidado, Maria Helena Stellfeld –
19 convidada, Luciana Stellfeld – convidada, Diana Lienert – CRF-RS, Sílvio
20 Antonio Franchetti – Fiscal Farmacêutico, Sônia Maria Dorneles - Assessora
21 Política, Maria Augusta Alves Marcondes – Assessora Científica, Eduardo
22 Antônio Pereira Pazim – Gerente de Fiscalização, Dayane Carvalho –
23 Assessora de Comunicação, Edivar Gomes – Gerente Departamento de Ética,
24 Jackson C. Rapkiewicz – Gerente Técnico Científico, Eduardo Carlos Freitas –
25 Farmacêutico Fiscal, José Paulo Pacola – Farmacêutico Fiscal, Hermes Silva
26 Tomaz – Assessor Administrativo, Flávia de Abreu Chaves – Gerente de
27 Cadastro e Recepção, Sérgio Satoru Mori – Gerente Geral, Edneia das Graças
28 Magri – Assessora de Fiscalização, Tayna F. de Lima – Farmacêutica Fiscal,
29 Laís Zuzzi Ferrari - Farmacêutica Fiscal, Jorge Antônio Salem–Farmacêutico
30 Fiscal, Rafaela Grobe, farmacêutica do Centro de Informações de
31 Medicamentos, Elias Montin – Fiscal Farmacêutico, Welinson Fabrício da Silva-
32 Fiscal Farmacêutico, Ribamar Jones Schmitz- Fiscal Farmacêutico, Melissa
33 Riboski – Assistente Administrativo Operacional, Nilza Aparecida Menegassi
34 Severo – Supervisora Setor de Cobrança, Bruna Balbinotti Mileki – Assistente
35 Administrativo Operacional, Sérgio Teixeira de Freitas – Assistente
36 Administrativo Operacional, Luiz Carlos da Silva Moreira - Assistente
37 Administrativo Operacional, Walkir Luiz Vilaça Costa - Assistente Administrativo
38 Operacional, Michelly Lemes Trevisan – Assessora de Comunicação
39 operacional, Edson Siqueira Alves – Fiscal Farmacêutico, Zilvani Hortelina
40 Bernardo – Fiscal Farmacêutica, Fernando Joo Bohn - Assistente
41 Administrativo Operacional, Rodrigo Campilho - Assistente Administrativo
42 Operacional, André Assakura - Assistente Administrativo Operacional, Ana
43 Cristina Bruno de Souza – Assessora de Comunicação, Gustavo Lavorato
44 Justino da Silva – Assessor de Mídias Sociais, Luciano Pacheco – Assessor
45 Executivo e Luana Gomes Luz de Carvalho – Fiscal Farmacêutico.-----



47 **Homenagem Bicentenário Augusto Stellfeld:** O Presidente, Dr. Arnaldo
48 Zubioli, anunciou o início da solenidade em comemoração ao bicentenário do
49 nascimento de Carlos Augusto Stellfeld, primeiro farmacêutico diplomado do
50 Estado do Paraná. A Assessora de Comunicação, Ana Cristina Bruno de
51 Souza, agradeceu aos familiares do homenageado, estando presentes os
52 bisnetos, Dr. Lauro Stellfeld Filho e Sra. Maria Helena Stellfeld e a tataraneta
53 do homenageado, Sra. Luciana Stellfeld. Em seguida, apresentou um breve
54 relato da história e anunciou um vídeo sobre a trajetória do ilustre farmacêutico.
55 Nascido em 1817 na Alemanha, o homenageado foi aprovado no exame para
56 atuar como farmacêutico em 1848 e em 1851 migrou para o Brasil onde
57 primeiramente morou na Colônia Dona Francisca, hoje município de Joinville,
58 em Santa Catarina. Junto com sua mudança de Hamburgo na Alemanha,
59 trouxe uma pequena oficina farmacêutica. No ano seguinte, em 1852, casou
60 com Carlota Kalckman e logo depois se mudaram para Paranaguá. Em 1854
61 revalidou seu diploma de farmacêutico na Faculdade de Medicina do Rio de
62 Janeiro, assim, ainda morando em Paranaguá, Carlos Augusto Stellfeld se
63 tornou o primeiro farmacêutico diplomado do Paraná. Em 1855, a epidemia da
64 cólera chegou ao Brasil e Dr. José Cândido da Silva Murici, único médico de
65 Curitiba na época, pediu com urgência um farmacêutico. Foi neste contexto
66 que Carlos Augusto Stellfeld mudou-se para Curitiba onde, em 1857, abriu a
67 sede da Farmácia Stellfeld, na Praça Tiradentes. Desde o começo, lutou pelos
68 interesses da comunidade e em julho de 1882 foi eleito vereador com o maior
69 número de votos. Em 1886, se tornou presidente da Câmara Municipal de
70 Curitiba chegando a assumir o cargo de Prefeito Interino. Em 1894 Carlos
71 Augusto Stellfeld faleceu deixando um legado para sua família e para a história
72 da farmácia brasileira. Nas gerações seguintes, em 1892 o filho, Camillo
73 Stellfeld, formou-se Farmacêutico e em 1894 assumiu a Farmácia Stellfeld e
74 deu início a uma pequena fábrica de especialidades farmacêuticas. Camillo
75 faleceu em 1900. Outro filho de Carlos Augusto Stellfeld, Edgar Stellfeld
76 conquistou o Título de Farmacêutico Prático Licenciado, em 1894 e no ano de
77 1910 viajou para a Europa voltando com novas ideias entre elas o
78 Dontiphainos, creme dentário revolucionário, fabricado com material importado.
79 Em 1922, após o falecimento de Edgar Stellfeld, a direção da Farmácia
80 Stellfeld foi assumida pelos seus três filhos: Carlos, Edgar Filho e Camillo.
81 Carlos Stellfeld, Farmacêutico pela UFPR, firmou uma nova empresa, Stellfeld,
82 Irmão & Cia e, ainda, a Associação Paranaense de Farmacêuticos (Aspafar).
83 Já Camillo Stellfeld, também farmacêutico pela UFPR tornou-se o responsável
84 pelo setor comercial da Farmácia Stellfeld. Além disso, foi deputado e professor
85 da UFPR e primeiro Presidente da Federação do Comércio no Estado do
86 Paraná. Com o sucesso, a Farmácia Stellfeld ganhou quatro filiais em Curitiba
87 e em 1951, Lauro Stellfeld, bisneto de Carlos Augusto Stellfeld, formou-se
88 Farmacêutico pela UFPR e trabalhou na Farmácia Stellfeld até 1970 quando,
89 por decisão da família, o estabelecimento foi vendido para outro grupo
90 comercial, sem, no entanto, apagar o legado que alicerçou o surgimento da
91 farmácia no Paraná. Após o resgate histórico, o farmacêutico, Dr. Lauro
92 Stellfeld foi convidado a receber das mãos do Presidente Dr. Arnaldo Zubioli
93 uma placa com os dizeres: “O Conselho Regional de Farmácia do Estado do



94 Paraná comemora o bicentenário de nascimento do Dr. Augusto Stellfeld – o
95 primeiro farmacêutico paranaense, fiel servidor da profissão e da saúde
96 pública. Estendemos esta homenagem ao Dr. Lauro Stellfeld Filho, por herdar e
97 representar a profissão do bisavô com dedicação e esmero, fazendo jus à
98 profissão farmacêutica”. Com a palavra, o bisneto, em nome da família
99 agradeceu a homenagem. Na oportunidade a Senhora Luciana Stellfeld,
100 tataraneta do farmacêutico bicentenário, doou alguns exemplares das
101 publicações “Tribuna Farmacêutica” ao Regional. Dr. Arnaldo Zubioli
102 agradeceu, lembrando que este Conselho possui uma Comissão de Estudos da
103 Memória da História da Farmácia no Paraná, que trabalha justamente para
104 compreender e valorizar a trajetória farmacêutica no Estado. -----
105 O Presidente concluiu reafirmando graça a família Stellfeld e em um paralelo
106 entre passado e o porvir, convidou o Conselheiro que representa o Paraná no
107 Conselho Federal de Farmácia, CFF, para ministrar uma palestra sobre a
108 Farmácia do Futuro. Dr. Valmir de Santi parabenizou a família Stellfeld, bem
109 como o Regional pela iniciativa da homenagem. -----
110 **Palestra A Farmácia do Futuro:** O Conselheiro Federal afirmou que resgatar
111 a história é importante porque o legado é o alicerce do que se tem hoje, bem
112 como a base para o que se espera da profissão amanhã. Neste viés, iniciou
113 explanação sobre as novas atribuições farmacêuticas na área clínica e o que
114 isso muda na profissão. Expôs o panorama brasileiro que, enquanto em 2005
115 tinha 95.455 (noventa e cinco mil quatrocentos e cinquenta e cinco)
116 farmacêuticos, no ano passado somou 200.319 (duzentos mil trezentos e
117 dezenove), uma taxa de crescimento de cerca de 5% (cinco por cento) ao ano.
118 Destacou que a maioria dos profissionais formados consegue espaço no
119 mercado de trabalho principalmente em farmácias privadas, públicas e
120 hospitalares. Ilustrou o crescimento no número de faculdades de farmácia no
121 Brasil, sendo que o Paraná é o terceiro Estado com mais escolas, ficando atrás
122 apenas de São Paulo e Minas Gerais. Dr. Valmir de Santi também opinou
123 sobre os serviços prestados pelas farmácias privadas sugerindo que a maioria
124 delas prioriza a venda de medicamentos em relação ao acompanhamento do
125 paciente. Um cenário bem diferente do que existia há cerca de quinze anos,
126 quando a prática da assistência farmacêutica, do cuidado com o paciente era
127 mais comum, caracterizando um efetivo serviço de saúde pública. Dr. Valmir de
128 Santi prosseguiu relatando que duas forças emergiram nos últimos anos
129 propondo mudanças: A Associação Brasileira de Redes de Farmácias e
130 Drogarias, Abrafarma, apresentou o modelo americano de atendimento pelo
131 farmacêutico através de um rol de serviços; e o Conselho Federal de Farmácia
132 trabalha por um resgate da profissão através de um projeto de valorização do
133 farmacêutico. A seu ver, fomentar o autoatendimento pode descaracterizar a
134 assistência farmacêutica, tonando desnecessária a presença de um
135 profissional habilitado. Por esta razão, o Conselheiro explicou que desde 2012
136 o CFF vem lutando por mudanças no modelo de farmácia no Brasil e a
137 ampliação de sua atuação clínica, de modo que o farmacêutico se torne uma
138 referência para a população em termos de uso seguro e eficiente dos
139 medicamentos e por consequência contribua com a saúde pública. No eixo
140 político, o Conselheiro citou que já foram obtidos avanços através da



141 aprovação das Resoluções 585/ 2013 - que regulamenta as atribuições clínicas
142 do farmacêutico – e da 586/2013 - que entre outros, regula a prescrição
143 farmacêutica. Também lembrou que em 2015 foi promovida a atualização da
144 Lei n. 5.991/73, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas,
145 Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos. Informou ainda que o
146 CFF está intermediando junto a Anvisa a regulamentar a Lei n. 13.021/2014
147 sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, a fim de
148 executá-la em sua plenitude. Outras normativas que convergem para mesma
149 direção são a Resolução da Diretoria da Colegiada da Anvisa, RDC 44/2009,
150 que dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do
151 funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da
152 prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias, e a publicação
153 da Resolução da Secretaria Estadual de Estado da Saúde do Paraná, n.
154 473/2016, que estabelece Norma Técnica referente às condições físicas,
155 técnicas e sanitárias para guarda, comercialização e administração de vacinas
156 em estabelecimentos farmacêuticos privados. Ainda no campo político, Dr.
157 Valmir defende que existem duas formas de colocar a prescrição farmacêutica
158 em prática. A primeira seria independente, realizada por prescritor qualificado,
159 com ampla responsabilidade pela avaliação de pacientes, pelo seu manejo
160 clínico e pelos resultados alcançados; e de forma dependente, realizada por
161 meio de protocolo, de forma que o profissional poderia prescrever substâncias
162 para continuidade de um tratamento já iniciado por outros profissionais de
163 saúde. Já no eixo de formação, Dr. Valmir de Santi explicou que o CFF vem
164 contribuindo para alterar a diretriz nacional que orienta a formação do
165 farmacêutico no país, de forma a fortalecer a atuação clínica, estabelecer
166 referenciais mínimos para cursos de especialização. Ainda no eixo educação
167 destacou a publicação de vários livros e manuais de orientação. Neste sentido,
168 o Palestrante defende que devem ser intensificados os cursos de formação, o
169 que o CFF tem feito através de parcerias com instituições públicas, uma vez
170 que o contingente de farmacêuticos no Sistema Único de Saúde, SUS, é maior
171 bem como a maleabilidade para implantar as mudanças aqui elencadas. Assim,
172 compartilhou que cinco módulos com tutoria e assessoria legislativa para que
173 os farmacêuticos possam receitar medicamentos específicos e fazerem
174 acompanhamento de doentes crônicos. No Paraná, especificamente, a
175 programação atende aos municípios de Toledo, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa,
176 com expectativa de atingir mais cidades no ano que vem, mantendo-se
177 perenemente. Paralelo a isso, Dr. Valmir de Santi explanou que existe um
178 projeto de consultoria para farmacêuticos donos de farmácias, para que estes
179 possam implantar os serviços clínicos de forma rentável. Concluindo, o
180 Conselheiro afirmou que todo o trabalho realizado tem criado um novo
181 momento para o farmacêutico no Brasil. De acordo ele, há um anseio da
182 categoria pela mudança sendo questão de tempo. Finalmente, Dr. Arnaldo
183 Zubioli elogiou a apresentação dizendo que gostaria que o Conselheiro Federal
184 tivesse oportunidade de replicar a palestra por todo Estado. Quanto ao futuro, o
185 Presidente disse que ainda existem obstáculos acerca de assuntos pendentes
186 de regulação e apontou a necessidade de garantir maior autoridade do
187 farmacêutico e liberdade para o exercício da profissão. A Diretora Secretária,



188 Dra. Marina Gimenes, destacou que a busca por uma nova postura dos
189 farmacêuticos, de forma que realmente orientem os pacientes e prestem
190 assistência, será uma tarefa árdua para a classe. A Diretora Tesoureira, Dra.
191 Mirian Ramos Fiorentin se disse feliz pela evolução já alcançada no que diz
192 respeito aos consultórios farmacêuticos e se mostrou preocupada em relação à
193 proposta de cursos de farmácia 100 % (cem por cento) à distância, uma vez
194 que poderiam motivar um risco à qualidade da formação. Dr. Valmir de Santi
195 salientou que o Federal vem acompanhando a elaboração de um Projeto de Lei
196 para evitar que isto aconteça. José dos Passos Neto usou da palavra para
197 refletir sobre a necessidade de capacitar primeiramente os profissionais nas
198 atividades essenciais, como por exemplo, a dispensação de medicamentos,
199 antes de ampliar suas responsabilidades com a implantação de um consultório.
200 Dr Valmir de Santi encerrou a palestra concordando que a dispensação é a
201 base para ampliar as responsabilidades do farmacêutico. -----
202 O Presidente Dr. Arnaldo Zubioli encerrou, anunciando intervalo para o almoço
203 com retorno no período da tarde. -----
204 A Reunião foi retomada às quatorze horas. -----
205 **Aprovação da Ata anterior:** O Presidente solicitou aos Conselheiros possíveis
206 sugestões de correções ou alterações na Ata, sem manifestações a respeito
207 colocou o documento em votação sendo este aprovado por unanimidade. -----
208 **Aprovação da Pauta:** O Presidente do Conselho submeteu a pauta à
209 apreciação, sendo aprovada por unanimidade. -----
210 **Expedientes:** Revista de Cosméticos e Tecnologia – Ano 29: Julho/Agosto
211 2017 – nº4; Revista Bioética – Vol.25 /2017 – nº02, Farmácia Revista –
212 Março/Abril/Maio 2017 – nº57; Revista Científica Hospital Ministro Costa
213 Cavalcanti – Ano IV Julho/Agosto/Setembro 2017 – nº 11; Jornal Costinha –
214 Ano VII – Julho/Agosto 2017 - edição 62; Informativo CRQ-IX – Janeiro/
215 Fevereiro/Março/Abril 2017. -----
216 **Informe dos Conselheiros:** Dr. José dos Passos Neto compartilhou que
217 reuniões de orientação sobre o exercício da profissão farmacêutica foram
218 realizadas, em Telêmaco Borba e Guarapuava, com participação efetiva da
219 categoria, sendo os encontros bastante produtivos. O Conselheiro também
220 aproveitou o espaço para solicitar o andamento da parceria entre CRF-PR e
221 Conselho Regional de Enfermagem do Paraná, Coren. A Diretora Tesoureira,
222 Dra. Mirian Ramos Fiorentin informou que uma reunião já foi realizada entre as
223 duas entidades e gestores municipais, motivada pelo pedido de enfermeiros de
224 Cascavel que documentaram junto à Secretaria Municipal de Saúde daquele
225 município a negativa de responsabilidade sobre a dispensação de
226 medicamentos nas unidades de saúde que não contam com assistência
227 farmacêutica. A Conselheira e Membro da Comissão Assessora de Assistência
228 Farmacêutica no Serviço Público, Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki, que
229 também participou do encontro, lembrou que o problema não é exclusivo de
230 Cascavel, que os gestores alegam estar impossibilitados de contratar
231 farmacêuticos por causa do limite prudencial da folha de pagamento, e por
232 isso, repassam a enfermeiros serviços de dispensação. Informou ainda que a
233 partir da reunião, foi criado um grupo para promover um diálogo mais próximo
234 das duas entidades com os municípios a fim de buscar meios para solucionar o



235 impasse, adiantando que alguns encontros já foram agendados. Dra. Mirian
236 Ramos Fiorentin também clarificou aos presentes de um acidente envolvendo
237 um enfermeiro cascavelense ferido ao manusear oxigênio - O2, sendo este um
238 dos motivos que levaram estes profissionais a se negarem a executar
239 atividades de competência farmacêutica. Neste viés, Dra. Mônica Holtz
240 Cavichiolo Grochocki complementou que enquanto a situação ideal não for
241 alcançada, os municípios deverão elaborar protocolos para que os enfermeiros
242 entreguem os medicamentos sob a supervisão de farmacêuticos. Na
243 oportunidade, a Conselheira também falou sobre documento do Departamento
244 de Atenção Primária do Ministério da Saúde que trata da administração de
245 penicilina por enfermeiros, em função da epidemia de sífilis no país. Avisou que
246 o Conselho Federal de Enfermagem publicou nota técnica esclarecendo sobre
247 a importância dos profissionais de enfermagem administrarem o antibiótico,
248 obedecendo à Portaria do Ministério da Saúde. Neste sentido questionou sobre
249 a efetiva prática farmacêutica acerca da aplicação do antibiótico, opinando
250 favoravelmente sobre a ação. Dr. José dos Passos Neto entendeu que dentro
251 do serviço público poderia ser prescrito tanto pelo enfermeiro quanto pelo
252 farmacêutico porque isso faria parte do protocolo de atendimento, mas revelou
253 não ter a mesma segurança para replicar a iniciativa no setor privado. A
254 Conselheira, Dra. Sandra Lara Sterza, lembrou que no passado o Ministério da
255 Saúde já promoveu treinamento para farmacêuticos prescreverem e aplicarem
256 os medicamentos em situações emergenciais. Visto a complexidade do
257 assunto, Dr Arnaldo Zubioli pediu para que o debate fosse retomado em um
258 espaço pautado especificamente para o tema. Na sequência, Dr. Valmir de
259 Santi avisou aos presentes que a Associação Brasileira do Comércio
260 Farmacêutico, ABC Farma, não obteve êxito na ação judicial que moveu contra
261 o Conselho Federal de Farmácia pleiteando o enquadramento de associados
262 com apenas um farmacêutico responsável técnico, independentemente da
263 carga horária de funcionamento do estabelecimento, como Microempresas
264 (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), cuja decisão foi proferida pelo
265 Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em Brasília. Dr. Arnaldo Zubioli
266 concluiu os informes comunicando que a Diretoria recebeu representantes do
267 município de Agudos do Sul para avaliar a reestruturação da assistência
268 farmacêutica local de forma a atender a Deliberação n. 914/2017. Ainda no que
269 tange a assistência farmacêutica, o Presidente comunicou que o Dr. José
270 Carlos Abreu, farmacêutico diretor administrativo do Conselho Curador da
271 Fundação Estadual de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, também fez
272 uma visita ao CRF-PR para debater sobre as inspeções realizadas nos
273 hospitais administrados pelo Estado. Antes de passar para o item seguinte,
274 Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki, destacou o quão produtivas estão
275 sendo as reuniões com o Conselho das Secretárias Municipais de Saúde,
276 Cosems. O Presidente reconheceu que por vezes os municípios não têm
277 recursos para a compra de medicamentos, menos ainda contratar profissionais,
278 o que tornaria o descontentamento frente a fiscalização compreensível. Dra.
279 Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki complementou que nos encontros que a
280 Comissão Assessora de Assistência Farmacêutica no Serviço Público tem
281 promovido, por exemplo, já surgiram várias possibilidades para atender a Lei



282 dentro das limitações da administração pública e que o mais importante é o
283 Conselho se aproximar, conhecer as diferentes realidades e avaliar o que é
284 possível melhorar. Dr. Emyr Roberto Carobene Franceschi acredita ainda que
285 os farmacêuticos públicos devem desenvolver programas para acompanhar os
286 pacientes e controlar os atendimentos realizados. Dr. José dos Passos Neto
287 almeja que seja construída uma ponte entre os municípios e o Conselho
288 através do fiscal da região. Dr. Arnaldo Zubioli disse que a situação vem
289 melhorando ano após ano, com valorização crescente da profissão. Por fim,
290 Dra. Marina Gimenes concluiu os informes esclarecendo que por questão de
291 controle e segurança, os Conselheiros devem tornar hábito o uso de crachá, ou
292 terão que buscar a identificação na recepção do Conselho, para circular pelo
293 Regional. -----

294 **Assuntos de Tesouraria:** No que se refere à Execução Orçamentária, a
295 Gerente Contábil, Cristiane Bregenski apresentou a evolução da receita de
296 janeiro a julho de 2017. Neste tempo o Conselho arrecadou 13.859.832,14
297 (treze milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e dois
298 reais e quatorze centavos), sendo que no mês de julho, especificamente, a
299 arrecadação somou R\$ 845.299,90 (oitocentos e quarenta e cinco mil,
300 duzentos e noventa e nove reais e noventa centavos). Em relação as receitas
301 correntes o mês de julho somou 125.009,01 (cento e vinte e cinco mil, nove
302 reais e um centavo), atingindo nos sete primeiros meses de 2017 R\$
303 735.776,39 (setecentos e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais e
304 trinta e nove centavos), ou seja 81.10% (oitenta e um ponto dez por cento) do
305 orçado para o corrente ano. Até o final de julho a dívida ativa, em fase
306 executiva e em fase administrativa, acumulada somaram R\$ 1.983.386,80 (um
307 milhão, novecentos e oitenta e três mil, trezentos e oitenta e seis reais e oitenta
308 centavos), lembrando que o orçamento para 2017 é de R\$17.500.000,00
309 (dezesete milhões e quinhentos mil reais) e de maneira geral, até agora
310 arrecadou-se 79.20% (setenta e nove ponto vinte por cento) do previsto. Com
311 relação à evolução da receita, nos seis primeiros meses a arrecadação foi
312 maior porque existiam parcelas com vencimento para o período, cenário que,
313 por consequência, refletiu também na pequena queda na arrecadação em
314 julho. Em relação à despesa corrente, no mês de julho o Regional gastou R\$
315 1.361.716,52 (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, setecentos e
316 dezesseis reais e cinquenta e dois centavos), sendo que nos sete primeiros
317 meses deste ano foram 10.497.761,38 (dez milhões, quatrocentos e noventa e
318 sete mil, setecentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos) totalizando
319 60.87 % (sessenta ponto oitenta e sete por cento) das despesas fixadas para
320 2017. Em relação às despesas com pessoal e encargos sociais, foram gastos
321 R\$ 4.655.972,07 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil,
322 novecentos e setenta e dois reais e sete centavos) no período de referência,
323 R\$ 723.224,06 (setecentos e vinte e três mil, duzentos e vinte e quatro reais e
324 seis centavos) em julho. Atendendo a pedido do Plenário, a Gerente Contábil
325 trouxe levantamento dos gastos com Diárias e Jetons, que totalizaram em julho
326 R\$ 75.846,58 (setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e seis reais e
327 cinquenta e oito centavos) e nos sete primeiros meses R\$ 532.695,37
328 (quinhentos e trinta e dois reais, seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e



329 sete centavos) atingindo 59.52 % (cinquenta e nove ponto cinquenta e dois por
330 cento) da previsão orçamentária. Dra. Sandra Lara Sterza quis entender o
331 porquê de cálculos separados para gastos com diárias de Plenária e diárias de
332 Conselheiros e a Gerente Contábil esclareceu que por vezes os Conselheiros
333 representam o CRF em eventos ou participam de cursos, por isso a referência
334 diferenciada em relação aos deslocamentos que realizam para participar
335 especificamente da Reunião Plenária. Quanto aos gastos com estagiários e
336 prestadores de serviços, Cristiane Bregenski revelou que a despesa acumulada
337 até agosto foi de R\$ 76.381,05 (setenta e seis mil, trezentos e oitenta e um
338 reais e cinco centavos) e com materiais de expediente R\$ 197.232,49 (cento e
339 noventa e sete mil, duzentos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos).
340 No mesmo período foram pagos a pessoas jurídicas R\$ 1.603.855,40 (um
341 milhão, seiscentos e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta
342 centavos), sendo que deste total, R\$ 219.382,08 (duzentos e dezenove mil,
343 trezentos e oitenta e dois reais e oito centavos) foram desembolsados em julho,
344 atingido 49.90% (quarenta e nove ponto noventa por cento) do orçado para a
345 despesa no corrente ano. Em relação à cota parte do Federal, explicou que no
346 mês de julho foram repassados R\$ 191.219,82 (cento e noventa e um mil,
347 duzentos e dezenove reais e oitenta e dois centavos) e no acumulado de sete
348 meses R\$ 3.315.898,34 (três milhões, trezentos e quinze mil, oitocentos e
349 noventa e oito reais e trinta e quatro centavos). Quanto às despesas de capital
350 somaram 30.925,84 (trinta mil, novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e
351 quatro centavos) nos sete primeiros meses de 2017 sendo R\$ 6.992,00 (seis
352 mil e novecentos e noventa e dois reais) referentes a julho. Neste contexto, até
353 o início de agosto executou-se 59.90% (cinquenta e nove ponto noventa por
354 cento) das despesas e 79.20% (setenta e nove ponto vinte por cento) da
355 receita orçados para o atual exercício. Por fim, também atendendo a pedido do
356 Plenário, a Gerente Contábil apresentou planilha específica dos gastos com
357 Comissões Assessoras, mês a mês, desde o início de 2017, contabilizando o
358 acumulado de 205.427,56 (duzentos e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete
359 reais e cinquenta e seis centavos) investidos em passagens e diárias, já estes
360 gastos com as Plenárias somaram R\$160.662,56 (cento e sessenta mil,
361 seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) nos sete
362 primeiros meses do corrente ano, esclarecendo que em relação a estas
363 reuniões, especificamente, além de despesas com passagens aéreas, e diárias
364 para os Conselheiros, estão contabilizados também gastos com Fiscais
365 Farmacêuticos, que normalmente são convocados para os encontros, e
366 convidados que eventualmente são chamados a colaborar com assuntos de
367 interesse da categoria. Dr. José dos Passos Neto declarou a contento a
368 apresentação julgando muito válida a explanação para que os presentes
369 saibam os valores inerentes ao próprio deslocamento. Por fim, o Presidente
370 submeteu os assuntos de tesouraria à apreciação do Plenário que aprovou
371 pela totalidade de votos. -----

372 **Proposta de parcelamento de acordo com a Deliberação n. 871/2016:** Dra.
373 Mirian Ramos Fiorentin informou que o Regional apresentou contraproposta a
374 solicitação de duas empresas que pediram parcelamento das dívidas em
375 número de parcelas superior ao que prevê na Deliberação n. 871/2016. Assim



376 que findado um entendimento entre as partes, as propostas serão
377 apresentadas em Plenária-----

378 **Solicitação para isentar as taxas de registro e emissão de certidão:** A
379 Diretora Tesoureira, Dra. Mirian Ramos Fiorentin, trouxe ao Plenário solicitação
380 formulada pela Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama, pedindo a
381 isenção de taxas devidas a este Conselho pelo exercício de servidores e
382 prática de atividades farmacêuticas. Esclareceu que o assunto chegou a ser
383 pautado em reunião de Diretoria, onde concluiu-se pela deliberação do
384 Plenário, uma vez que não há previsão legal para atender a demanda. Dr.
385 Márcio Augusto Antoniassi pediu para que o Departamento Jurídico se
386 manifestasse a respeito. O Gerente do Departamento Jurídico, Vinícius Gomes
387 de Amorim, esclareceu que taxas têm caráter tributário e por isto as isenções
388 são pontuais, beneficiando apenas certas categorias e pessoas definidas por
389 Lei. Ainda assim, reconheceu que este Regional, há muito tempo recebe
390 solicitações de isenção lembrando que, como estratégia de incentivo a
391 regularização, a Plenária chegou a aprovar Deliberação n.446/96, autorizando
392 a isentar laboratórios de análises clínicas, farmácias, indústrias de produção de
393 medicamentos entre outros estabelecimentos pertencentes a prefeituras,
394 sindicatos, universidades e entidades assistenciais sem fins lucrativos. Mas isto
395 cessou, justamente pela falta de previsão legal. Neste sentido, o Gerente do
396 Departamento Jurídico clarificou que a concessão de isenção deve ser
397 regulada pelo CFF, visto a abrangência sobre a matéria e, afinal, os Regionais
398 não poderiam por si só deixar de arrecadar parte de tributos, cuja parcela
399 pertence à referida Entidade. Neste mesmo viés, Vinícius Gomes de Amorim
400 referiu-se à proposta de gratuidade da certidão emitida pela internet
401 esclarecendo que ao buscar informações junto a outros Regionais constatou a
402 cobrança pelo atendimento prestado. Assim, para evitar conflito com a Lei, o
403 Advogado informou que uma consulta foi encaminhada ao Federal, tanto sobre
404 a cobrança referente à certidão web quanto a não exigência das taxas sobre
405 determinadas entidades de forma a garantir segurança jurídica ao dispensar
406 estes pagamentos, até porque, lembrou que em breve será publicada nova
407 Deliberação do CFF sobre taxas e anuidades. Vinícius Gomes de Amorim
408 relatou que a exemplo de Umuarama, outros estabelecimentos solicitaram
409 isenção, reafirmando entender a concessão ser moral, interessante e benéfica,
410 mas sem amparo legal e concluiu proferindo parecer contrário ao pedido da
411 prefeitura de Umuarama. Na sequência, em resposta ao Conselheiro Dr. José
412 dos Passos Neto, o Gerente do Departamento Jurídico afirmou que até o
413 momento não houve questionamentos sobre as isenções deferidas no
414 passado. Atendendo a outro questionamento do Conselheiro, o Advogado
415 confirmou que em relação as anuidade o entendimento permite a isenção
416 daqueles estabelecimentos que não possuem o atendimento farmacêutico
417 como atividade fim e ilustrou que seria irrazoável ter que pagar anuidade para
418 todos os Conselhos de Classe que possuem profissionais representados em
419 um Hospital, por exemplo. Entretanto, reafirmou que a situação se difere da
420 cobrança de taxas que não possuem embasamento legal para serem
421 dispensadas, acreditando que a Lei n. 12.514/2011, que entre outros assuntos
422 trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral, deveria



423 ter regulado as isenções de modo a deixar o assunto mais claro, mas foi
424 omissa ao tema. Neste contexto, o Conselheiro Federal, Dr. Valmir de Santi, se
425 comprometeu a acompanhar junto ao departamento jurídico do CFF a resposta
426 à Consulta realizada por este Regional e opinou não julgar significativo o valor
427 que se deixaria de arrecadar com as isenções. Dr. Arnaldo Zubioli acredita que
428 o pedido poderá ser acatado desde que o Plenário delibere a respeito. O
429 posicionamento foi apoiado pelo Dr. José dos Passos Neto que sugeriu buscar
430 junto de outros Conselhos de Classe, como Conselho Regional de Medicina e
431 Ordem dos Advogados do Brasil a forma como estão tratando o tema. Dra.
432 Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki destacou ser prudente dar uma resposta à
433 solicitação de Umuarama, alertando à necessidade de embasamento sólido o
434 suficiente para arcar com os reflexos da decisão proferida. O Fiscal
435 Farmacêutico, Eduardo Carlos Theodoro de Freitas, colaborou com o debate
436 sugerindo rever o cronograma de inspeções no município até que o CFF se
437 posicione ou que o Plenário delibere sobre a temática e Vinícius Gomes de
438 Amorim corroborou que a Deliberação precisa abarcar toda uma categoria e
439 não casos específicos. Deste modo, enquanto pendente resposta oficial, o
440 Plenário do CRF-PR definiu que será dada continuidade aos procedimentos
441 administrativos de registro e emissão das Certidões de Regularidade Técnica,
442 com sobrestamento do pagamento das taxas até posicionamento do Conselho
443 Federal de Farmácia, que serão exigidas, inclusive por meio judicial, se
444 necessário, na hipótese de resposta negativa à consulta. -----

445 **Comissão de Tomada de Contas:** A Conselheira, Dra. Sandra Lara Sterza,
446 apresentou o relato da Comissão de Tomada de Contas, que se reuniu no dia
447 dezessete de agosto do corrente ano para apreciar os documentos referentes à
448 prestação de contas do mês de julho de 2017, constatando estar em perfeita
449 ordem e de acordo com as disposições legais, proferindo parecer favorável
450 sem ressalvas. O parecer foi aprovado por maioria dos
451 votos. -----

452 **Mudanças administrativas referente as novas regras para emissão de**
453 **Passagens Aérea:** Frente às novas regras tarifárias para bagagem
454 despachada, Dra. Mirian Ramos Fiorentin informou que houve uma consulta
455 aos auditores federais acerca do amparo legal que balizaria a compra da cota
456 extra para bagagens despachadas, no entanto ainda não há decisão
457 formalizada. Até o presente momento, o Conselho Federal de Farmácia está
458 adquirindo as passagens com o adicional, independentemente de regras. O
459 Gerente do Departamento Jurídico Vinícius Gomes de Amorim acredita que a
460 taxa citada pode ser custeada com os valores pagos nas diárias, cujo objetivo é
461 exatamente custear despesas extraordinárias. No entanto, caso o Plenário
462 entenda que é devido o pagamento adicional, será necessário reformular
463 Deliberação que trata a matéria. O Conselheiro Federal, Dr. Valmir de Santi,
464 confirmou que a situação ainda não está clarificada, mas disse acreditar que o
465 valor adicional para despachar bagagens é coerente com as despesas de
466 deslocamento e por este motivo, deveria ser embutida no momento da compra
467 de passagem. O Vice-Presidente, Dr. Emyr Roberto Carobene Franceschi,
468 lembrou que a mudança na Lei era justificada pela promessa de redução no
469 valor das passagens, no entanto essa economia ainda não foi perceptível.



470 Vinícius Gomes de Amorim reforçou que, apesar da tarifa não ter sido reduzida,
471 as companhias aéreas aumentaram o limite da bagagem de mão, sem
472 cobrança complementar, de cinco para dez quilos. Houve discussão a respeito
473 e considerando que o ideal é aguardar o posicionamento do CFF, Dra. Marina
474 Gimenes pediu para os usuários que tiverem o deslocamento aéreo arcado por
475 este Regional façam a solicitação quando da necessidade de despacho de
476 bagagem. Com a concordância do Plenário, a Assessora da Diretoria, Marissol
477 Alves, esclareceu que esta opção poderia ser adquirida tanto no momento da
478 compra como posteriormente pelo próprio interessado, desde que solicitado o
479 serviço de despacho antes da realização do *check-in* e, com o amparo
480 manifestado pelos Conselheiros, definiu que as próximas aquisições
481 continuarão a ter como regra a ausência de bagagem a ser despachada, a não
482 ser por manifestação expressa dos interessados. Estando todos de acordo,
483 altera-se o documento administrativo de referência momentaneamente. -----
484 Dr. Arnaldo Zubioli interrompeu temporariamente a Sessão Plenária e solicitou
485 aos demais presentes que se retirassem tendo em vista o início do julgamento
486 dos Processos Disciplinares Ético. -----
487 **Conselheiros efetivos presentes: Dr. Arnaldo Zubioli, Dr. Emyr Roberto**
488 **Carobene Franceschi, Dr. Marina Gimenes, Dr. Mirian Ramos Fiorentin,**
489 **Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki, Dra. Cynthia França Wolanski**
490 **Bordin, Dra. Karen Janaina Galina, Dr. Márcio Augusto Antoniassi, Dr.**
491 **José dos Passos Neto, Dra. Marina Sayuri Mizutani Hashimoto, Dra.**
492 **Sandra Iara Sterza, Dra. Maria do Carmo Marques Baraldo. -----**
493 **Suplente Presente: Dra. Mauren Isfer Anghebem. -----**
494 **Julgamento de processo disciplinar ético.** Houve a presença do profissional
495 M.S.P. e sua procuradora legal Karina Osternack Glapinski, OAB/PR 47.384,
496 sendo concedido o direito à defesa oral por 10 minutos. Após apreciação e
497 julgamento dos processos disciplinar ético, o Plenário decide da seguinte
498 forma: -----
499 A penalidade de **multa de um salário mínimo no valor de referência para o**
500 **ano de 2015 - R\$ 788,00** ao seguinte processo: PROC.177/16; A penalidade
501 de **multa de um salário mínimo no valor de referência para o ano de 2016 -**
502 **R\$ 880,00** aos seguintes processos: PROC.013/17; PROC.184/16;
503 PROC.143/16; PROC.159/16; PROC.173/16; PROC.140/16; PROC.063/16;
504 PROC.153/16; PROC.170/16; PROC.186/16; PROC.187/16. A penalidade de
505 **multa de dois salários mínimos no valor de referência para o ano de 2014-**
506 **R\$ 1.448,00** ao seguinte processo: PROC. 188/16. A penalidade de **multa de**
507 **um salário mínimo elevado ao dobro totalizando dois salários mínimos no**
508 **valor de referência para o ano de 2016 - R\$ 1.760,00** ao seguinte processo:
509 PROC. 172/16. A penalidade de **multa de dois salários mínimos no valor de**
510 **referência para o ano de 2016 - R\$ 1.760,00** aos seguintes processos: PROC.
511 185/16; PROC. 117/16; PROC. 176/16; PROC. 148/16. A penalidade de **multa**
512 **de três salários mínimos no valor de referência para o ano de 2015- R\$**
513 **2.364,00** ao seguinte processo: PROC. 135/16. A penalidade de **multa de três**
514 **salários mínimos elevados ao dobro totalizando seis salários mínimos no**
515 **valor de referência para o ano de 2016 - R\$ 5.280,00** ao seguinte processo:



516 PROC. 171/16. Os processos **retirados de pauta** foram: PROC. 174/16;
517 PROC. 181/16; PROC. 178/16. -----
518 Ao finalizar o julgamento dos Processos Disciplinares Éticos, o Presidente
519 interrompeu temporariamente a Plenária. -----
520 A Plenária retomou às nove horas do dezoito de agosto de dois mil e
521 dezessete, na Sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná –
522 CRF-PR, situado na Rua Presidente Rodrigo Otávio, 1296 – Hugo Lange, em
523 Curitiba/PR. -----
524 **Presentes: Dr. Arnaldo Zubioli – Presidente, Dr. Emyr Roberto Carobene**
525 **Franceschi – Vice-Presidente, Dra. Marina Gimenes – Diretora Secretária-**
526 **Geral, Dra. Cynthia França Wolanski Bordin, Dr. José dos Passos Neto,**
527 **Dra. Karen Janaina Galina, Dr. Márcio Augusto Antoniassi, Dra. Maria do**
528 **Carmo Marques Baraldo, Dra. Marina Sayuri Mizutani Hashimoto, Dra.**
529 **Mauren Isfer Anghebem, Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki e Dra.**
530 **Sandra Iara Sterza - Conselheiros Regionais. -----**
531 **Justificativa de ausência: Dra. Mirian Ramos Fiorentin, Dr. Edmar Miyoshi,**
532 **Dr. José Antônio Zarate Elias e Dr. Maurício Portella -----**
533 **Presentes também:** Lia Mello Almeida - Presidente do SINDIFAR, Dennis
534 Armando Bertolini – Suplente CFF, Maria Augusta Alves Marcondes –
535 Assessora Científica, Eduardo Antônio Pereira Pazim – Gerente de
536 Fiscalização, Dayane Carvalho – Assessora de Comunicação, José Paulo
537 Pacola – Farmacêutico Fiscal, Hermes Silva Tomaz – Assessor Administrativo,
538 Flávia de Abreu Chaves – Gerente de Cadastro e Recepção, Sérgio Satoru
539 Mori – Gerente Geral, Laís Zuzzi Ferrari - Farmacêutica Fiscal, Karoline Chuery
540 – Assistente Administrativo Operacional, Eduarda Cinzia dos Santos –
541 Assistente Administrativo Operacional, Luciano Pacheco – Assessor Executivo,
542 Gustavo Lavorato Justino da Silva – Assessor de Mídias Sociais, Ana Cristina
543 Bruno de Souza – Assessora de Comunicação, Edivar Gomes – Gerente
544 Departamento de Ética, Zilvani Hortelina Bernardo – Fiscal Farmacêutica,
545 Tayná Falquievicz de Lima – Fiscal Farmacêutica, Elias Montin – Fiscal
546 Farmacêutica e Ribamar Jones Schmitz – Fiscal Farmacêutico.-----
547 **Portarias de Nomeação:** Dra. Marina Gimenes esclareceu aos presentes que
548 foi solicitado à Diretoria deste CRF a criação de uma Comissão Temporária de
549 Manipulação de Produtos Veterinários, sob a justificativa de que alguns
550 profissionais estariam manipulando produtos usados para procedimentos
551 quimioterápicos em animais e que, a exemplo do CRF-SP, este Regional
552 também deveria se manifestar a respeito. Assim, concluiu-se pelo atendimento
553 ao pedido e pela Portaria n. 1569/2017 nomeou-se como coordenador da
554 Comissão Assessora, Lisandro Carlos Quessada Corazza; como Secretária
555 Executiva Claudete Jacyczen e os membros: Elder Augusto Candia; Marina
556 Gimenes; Mirian Ramos Fiorentin; Patrícia Erika Rabelo e Silva. Neste viés, a
557 Diretora Secretária anunciou a publicação da Portaria n. 1568/2017 que nomeia
558 os farmacêuticos a constituírem a Comissão Avaliadora do “Prêmio Primeiros
559 Passos Farmacêuticos – CRF-PR 2017”, ficando assim composta, Presidente
560 Jackson Carlos Rapkiewicz e Membros: Edivar Gomes; Edneia das Graças
561 Magri; Eduardo Antonio Pereira Pazim; Maria Augusta Alves Marcondes;
562 Rafaela Grobe. Dra. Marina Gimenes também fez a leitura da Portaria n.



563 1567/2017 com a composição dos farmacêuticos nomeados para a Comissão
564 Executiva do “Prêmio Primeiros Passos Farmacêuticos CRF-PR 2017”: Sendo
565 a Presidente, Dra. Marina Gimenes e membros: Edivar Gomes, Eduardo
566 Antonio Pereira Pazim, Jackson Carlos Rapkiewicz e Maria Augusta Alves
567 Marcondes. Por fim trouxe para o conhecimento do Plenário a Portaria n.
568 1566/2017 que nomeia os farmacêuticos integrantes do Grupo de Trabalho
569 CRF-PR/COREN, ficando assim composto: Eduardo Antônio Pereira Pazim;
570 Flávia Aparecida Barbosa Rastelli; Monica Holtz Cavichiolo Grochocki; Sonia
571 Maria Dorneles e Thaís Regina Ranucci. Em especial, este último grupo já
572 possui encontros agendados em Campo Mourão e Cambé, conforme
573 cronograma definido pelo Conselho Regional de Enfermagem, COREN, para
574 tratar da dispensa de medicamentos realizada por enfermeiros, cujo assunto já
575 foi discutido na presente reunião. Dr. José dos Passos Neto se mostrou
576 interessado em acompanhar os desdobramentos das reuniões e Dra. Monica
577 Holtz Cavichiolo Grochocki concordou em intermediar as partes, mas avisou
578 que o retorno poderá não ser imediato. -----

579 **Assuntos Administrativos:** Dra. Flávia de Abreu Chaves, Gerente do
580 Departamento de Cadastro e Recepção, iniciou com a informação dos inscritos
581 junto ao CRF-PR, destacando que no mês de agosto, até a presente data, 139
582 (cento e trinta e nove) requerimentos de inscrições foram realizados e que
583 apesar das transferências para o Paraná somarem apenas sete casos, nota-se
584 que nos juramentos para inscrição definitiva muitos farmacêuticos são
585 provenientes de outros Estados. Dra. Marina Gimenes colaborou informando
586 que na última solenidade de entrega de carteiras dos 26 (vinte e seis)
587 presentes, dez eram de Rondônia, 14 (quatorze) de outros diferentes Estados e
588 apenas dois do Paraná. Dra. Flávia de Abreu respondeu a questionamento do
589 Dr. José dos Passos Neto informando que todos dizem já ter emprego
590 garantido e que em breve o Departamento pelo qual responde deverá fazer um
591 levantamento para certificar se estes profissionais estão se formando em
592 outros Estados e migrando para o Paraná ou se realizaram o curso superior
593 aqui, sem o retorno ao Estado de origem. Dr. José dos Passos Neto sugeriu
594 que, quando da realização de juramentos, aproveite-se a presença dos novos
595 inscritos para explanar acerca dos trabalhos desenvolvidos por este Conselho.
596 A Gerente do Departamento de Cadastro e Recepção esclareceu que antes da
597 entrega das carteiras os profissionais realizam uma avaliação e grande parte
598 dos questionamentos se referem justamente ao exercício da profissão e
599 acompanhamento realizado por este Órgão. Neste mesmo viés, devido a
600 prova, a solenidade torna-se longa, sendo necessário avaliar se haveria tempo
601 hábil para incluir o debate proposto pelo Conselheiro. Em relação às baixas de
602 inscrições, nos primeiros 17 (dezessete) dias do mês de agosto foram
603 solicitadas 56 (cinquenta e seis) baixas, sendo que destas 40 (quarenta) foram
604 por pedido de baixa de inscrição e 16 (dezesesseis) por transferência. Na
605 oportunidade a Dra. Flávia de Abreu Chaves, fez referência ao farmacêutico
606 Aldir Rubens Gottardi, inscrição 873 (oitocentos e setenta e três), que requereu
607 baixa depois de mais de 45 anos de serviços prestados, em especial no
608 laboratório do Hospital Pequeno Príncipe em Curitiba, firmando elogios à
609 sensibilidade humana e capacidade técnica do profissional. No mais, a Gerente



610 do Departamento de Cadastro e Recepção relatou que 42% (quarenta e dois
611 por cento) dos pedidos de baixa foram justificados por motivos pessoais e 33 %
612 (trinta e três por cento) por mudança de área. O levantamento apontou que
613 60% (sessenta por cento) dos baixados atuaram de um a dez anos e 29%
614 (vinte e nove por cento) de onze a vinte. A pesquisa também mostrou que a
615 maioria dos profissionais que pediram baixa, 64% (sessenta e quatro por
616 cento), atuavam em farmácias. Quanto à avaliação da profissão, 35% (trinta e
617 cinco por cento) julgaram desvalorizada, 27% (vinte e sete por cento) boa e
618 18% (dezoito por cento) mal remunerada. Dra. Marina Gimenes opinou que
619 muitos tem deixado a profissão para investir em outras áreas, informação
620 confirmada estatisticamente por 75% (setenta e cinco por cento) dos que
621 pedirem baixa, responderam dizendo que têm a intenção de futuramente voltar
622 ao mercado, sendo que metade dos entrevistados afirmou usar os
623 conhecimentos da área em seu dia a dia. Dra. Flávia de Abreu Chaves
624 apresentou ainda os 3.523 (três mil quinhentos e vinte e três) pedidos de baixa
625 registrados do início do corrente ano até o dia quatorze de agosto,
626 estratificados por seccionais, sendo que 42% (quarenta e dois por cento) dos
627 pedidos foram solicitados na Sede em Curitiba, 14% (quatorze por cento) na
628 Seccional de Maringá, 13% (treze por cento) Ponta Grossa, 12 % (doze por
629 cento) Londrina, 11% (onze por cento) Cascavel, 4% (quatro por cento) na
630 Seccional Sudoeste e 3% na Noroeste. Até a data de referência,
631 especificamente, foram 217 (duzentos e dezessete) pedidos de baixa ou de
632 desistência de responsabilidade técnica dos quais 19 (dezenove) foram tardios,
633 sendo estes encaminhados ao Departamento de Ética para análise. No
634 acumulado do ano, já são 358 (trezentos e cinquenta e oito) casos
635 encaminhados ao referido Departamento, contabilizando cerca de dez por
636 cento do total dos pedidos de baixa ou de desistência de responsabilidade
637 técnica. Dr. Dennis Armando Bertolini, Conselheiro Suplente, solicitou uma
638 triagem dos estabelecimentos relacionados aos pedidos de baixa de
639 responsabilidade técnica para verificar se não se trata de uma estratégia para
640 adiar a contratação de um novo responsável técnico, uma vez que as farmácias
641 têm 30 (trinta) dias para substituir o profissional baixado. A Gerente do
642 Departamento de Cadastro e Recepção se comprometeu a atender à
643 solicitação, mas adiantou que não acredita em irregularidades, pois a maioria
644 desconhece o trâmite interno ou por esquecimento, não procura o Conselho no
645 prazo legal. Dra. Sandra Iara Sterza compartilhou que nas audiências da
646 Comissão de Ética percebe que como o registro, na maioria das vezes, é
647 providenciado por procuração pela empresa que contratou o farmacêutico, os
648 profissionais acreditam que a mesma empresa providenciou a baixa quando do
649 desligamento, o que de fato não acontece. A gerente lembrou que esta ação
650 deve partir do profissional e não das contratantes. Dra. Mônica Holtz Cavichiolo
651 Grochocki e Dr. José dos Passos Neto registraram que já orientaram diversos
652 profissionais, sendo imprescindível que se atentem as normatizações que
653 envolvem o exercício da profissão. Neste contexto, Dra. Lia Mello de Almeida,
654 Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Paraná, sugeriu
655 ampliar a divulgação cerca dos princípios básicos do Código de Ética da
656 Categoria, através de palestras para egressos, comunicado nas redes sociais e



657 demais canais de comunicação. Dra. Flávia de Abreu Chaves frisou que as
658 informações são repassadas em todos os encontros, como por exemplo, os
659 prazos que envolvem a inscrição provisória. Próximo ao fim do período, o
660 Regional ainda manda ofício e mensagem por celular para lembrar o
661 profissional da necessidade de providências e ainda assim continuam os
662 cancelamentos. Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki concluiu o assunto
663 dizendo que ocasionalmente a formação acadêmica também não dá a devida
664 atenção ao assunto. Isto posto, a Gerente do Departamento de Cadastro e
665 Recepção seguiu a apresentação relatando que foi oficiado os dez municípios
666 mais populosos do Paraná, bem como ao governo do Estado, pedindo lista dos
667 servidores farmacêuticos contratados pelos respectivos entes, no entanto
668 apenas duas cidades não apresentaram resposta. A conclusão, de acordo com
669 a Dra. Flávia de Abreu Chaves, foi positiva, sendo: Curitiba informou 123 (cento
670 e vinte e três) servidores, todos com inscrição confirmada junto ao CRF-PR;
671 Foz do Iguaçu 22 (vinte e dois), também todos inscritos; Guarapuava 13
672 (treze); Londrina 40 (quarenta); Maringá 76 (setenta e seis) servidores, em
673 todos estes casos com inscrição confirmada junto a este Regional. Ainda de
674 acordo com o cruzamento de dados entre as informações prestadas pelos
675 municípios e os inscritos junto a este Conselho, Ponta Grossa informou 31
676 (trinta e um) farmacêuticos, um farmacêutico sem inscrição no CRF-PR, da
677 mesma forma Paranaguá diz ter contratados 17 (dezessete) profissionais, um
678 farmacêutico sem inscrição no CRF-PR identificada e dos 36 (trinta e seis)
679 farmacêuticos que atuam em São José dos Pinhais, três deles não estão
680 inscritos no CRF-PR. Quanto aos dados dos profissionais contratados pelo
681 Estado, ainda não houve tempo hábil para confirmar a situação destes junto ao
682 Regional. Foi concedido o direito à fala para que os Conselheiros se
683 manifestassem frente às informações prestadas e Dr. José dos Passos Neto
684 sugeriu oficializar os inscritos com o propósito de regularizar as pendências junto
685 ao CRF-PR. Dr. Arnaldo Zubioli adiantou que os encaminhamentos serão
686 melhor debatidos em Reunião de Diretoria, após a conclusão da análise das
687 informações prestadas. Finalmente os processos administrativos referentes à
688 Pessoa Física e Pessoa Jurídica foram apresentados: -----
689 **Inscrição Provisória:** 30821 Ghenneffer Ariana Lombardi Santos; 30867
690 Yohana Karoline Rodrigues Schneider; 30850 Catarina De Oliveira; 30842
691 Kauana Coneglian; 30893 Luciana Maria Morato Dos Reis; 30880 Kiane Freitas
692 Da Silva Abreu; 30843 Luana De Jesus Vieira; 30844 Sybelle Vidal Martins;
693 30845 Jose Roberto Da Silva; 30792 Rayana Cristina Fagundes Schuber;
694 30801 Flavia Bueno; 30803 Ana Paula De Araujo De Souza; 30809 Vinicius
695 Pereira Feijo; 30810 Lucas Chagas Lima Do Carmo; 30812 Brenda Winona
696 Dos Santos; 30816 Haquila Mirelly Franco Vieira Reis Marques; 30818 Priscila
697 Danielle Souza Santos Cardoso; 30819 Tatiane Renczecen Da Silva; 30828
698 Amanda Mayumi Oya Pereira; 30830 Bruna Correa; 30835 Jessica Mariana
699 Dos Santos Machado; 30836 Rhaisa Caldas Dos Santos; 30847 Anna Maria De
700 Morais Correa; 30854 Maria Eduarda Alves Maul De Araujo; 30860 D Jessica
701 Nascimento Aires; 30866 Silvia Dark Robaskievicz De Moraes; 30871 Mariana
702 Teza Ribas; 30877 Eric Luiz Domingos; 30878 Eduardo Sbrana Serur Dos
703 Santos; 30887 Manoella Abrao Da Costa; 30890 Patricia Veiga Maneira Da



704 Silva; 30895 Mayara Leandro Dutra; 30826 Guilherme Da Silva Faot; 30884
705 Felipe Koroviski Anselmo; 30889 Priscilla Lorayne Gonzaga De Oliveira; 30891
706 Luciana Aparecida Braga; 30825 Poliana Dalmolin; 30800 Katia Daiane Yano
707 Mendonca Garcia; 30876 Nayara Flavulataro Lopes Da Silva; 30879 Cristiane
708 Schossler; 30841 Carla Grossi Marrola; 30822 Tarsila Thomaz Lins Couto;
709 30858 Ana Carolina Cavalheiro Pires; 30791 Luanna Rhainy Santos Rios
710 Nakaoka; 30846 Ruanita Veiga Queiroz Apolinário; 30824 Juliana Mara
711 Benedicti; 30829 Marli Mesquita; 30868 Thais Bueno; 30840 Bruna Marcos De
712 Souza; 30894 Francieli Vieira De Souza; 30813 Raiany De Sene; 30851 Osmi
713 Francelino Da Silva; 30874 Ana Claudia Walker.-----

714 **Inscrição Definitiva:** 30869 Thais Nascimento Da Silva; 30859 Erika Eiko
715 Hamada; 30873 Thalita Ebert Jablonski; 30327 Sabrina Da Gama Oliveira
716 Matos; 30417 Leandro Pereira Barbosa; 30753 Noele Carvalho Siqueira; 30802
717 Laiz Velloso Albuquerque Machado; 30820 Flavia Augusta Assis Bearare;
718 30823 Vanessa Cristina Ferreira; 30831 Rosany Ferraz Souto; 30837 Eduarda
719 De Araujo Anzolin; 30881 Juliana Zimerman Cieslinski Soares; 30885 Vivian
720 Rotuno Moure Valdameri; 30817 Jessica Dos Santos Firmino; 30892 Hugo
721 Rafael Jolias Fadel Pinto; 30856 Andressa Keiko Matsumoto; 30872 Ana
722 Carolina Forgati Dos Santos; 30857 Flavia Cristina Dos Santos; 30804 Suellen
723 Cristine Dos Santos; 29972 Jose Carlos Fulgencio Junior; 30811 Marilia
724 Camargo Fonteque; 30883 Cassia Reika Takabayashi Yamashita; 30805 Hugo
725 Vicentin Alves; 30834 Neiva Da Silva; 30849 Larissa Delariva Biondaro; 30875
726 Juliana Cogo Capriolli; 30882 Jonas Ricardo Munhoz; 30798 Lais Carneiro
727 Souza; 30848 Rosana Leticia Da Rosa; 29684 Luiz Henrique Citadella; 30806
728 Tatia Makiana; 30833 Elisa Perez; 30861 Gisele Cassiana Frata; 29852
729 Aristeu Araujo Junior; 29809 Jean Carlos Ribeiro De Oliveira; 30839 Eliza Lie
730 Kannami Yamaki.-----

731 **Inscrição Por Transferência:** 30774 Fernanda De Lemos Mendes; 30035
732 Izelia Da Penha Oliveira; 30790 Adelia De Paula Barbosa Dias; 30797 Fabricio
733 Coutinho Da Veiga; 30808 Natalia Regina Goncalves De Assis; 30832 Caio
734 Silva Lustosa; 30865 Adalberto Ferreira De Carvalho; 30870 Victor Vieira
735 Soares; 30201 Lavoisier Diniz Cipriano De Souza; 30862 Inacio Jose Nogueira
736 Junior; 30838 Andre Correa Bernardo; 30782 Samia Soares De Oliveira; 30731
737 Rafaela Claudia Rodrigues Procopio; 30744 Adriana Alves Da Silveira Santos;
738 28553 Rogerio Lopes Sangi.-----

739 **Reabilitação de Inscrição Definitiva:** 24882 Geisa Demele Valerio; 22740
740 Suelyn Koerich; 17139 Ana Paula Strapasson Polli; 10008 Cristiane Lie Yano;
741 11590 Lais Zynger; 14893 Carlos Eduardo Rocha Garcia; 16414 Gustavo
742 Uchoa Cavalcanti; 16456 Clea Denize Golinowski Juais; 16877 Andrea Cristina
743 Novack; 19858 Grazielle Francine Franco Mancarz; 22577 Danielle Wanda
744 Keller Brunatto; 25533 Barbara Helen Bolzan Pavkovic; 26394 Tammy Proenca
745 Zagonel Nichele; 15540 Tiago Silvestro Bocalon; 22413 Joana De Lima
746 Borghetti; 12486 Leila De Jesus Dias; 21259 Fabio Augusto Prado Ramos;
747 25829 Claudia Da Silva; 27855 Ana Luiza Pepler; 15952 Danielle Rodrigues De
748 Souza; 21509 Elaine Aparecida Garcia Pedro; 939 Wilson Becher; 20424
749 Janice Franchini Mioto; 21694 Silvia Leticia Da Silveira Jacinto; 12288 Amanda
750 Francieli Blecha De Marcos Valentini; 24746 Karine Rech.-----



751 **Reabilitação de Inscrição por Transferência:** 17766 Thaisa Gazarini Routolo;
752 14835 Gilberto Idalgo Canuto Junior; 12018 Lucas Ponce Leon De Lima; 27771
753 Bruna Aparecida Francisco Pedroso; 16222 Adriana Giugni Alves; 24115 Sara
754 Aparecida Leal Farinha; 16648 Emerson Pacheco.-----
755 **Baixa de Inscrição:** 22908 Jackson Martins Trovo; 24299 Aline Batista
756 Sehnem; 20900 Jonas Rangel Romagnoli; 21093 Daniele Hermes; 873 Aldir
757 Rubens Gottardi; 11701 Juliana Cristina Dos Santos Neves; 12445 Marcos
758 David Martins; 13832 Fabiano Andrezza; 15565 Regina Aparecida Dresch;
759 16672 Hellen Cristina Momente Beligni; 17636 Marcia Marques Baltazar; 23658
760 Claudia De Almeida Mendes; 25133 Tiffany Schenkel De Avila; 25148 Lizane
761 Santana Da Cruz; 25296 Karen Suelen Manarin; 22588 Vania Maris Franco
762 Galeano; 28103 Bruno Henrique De Moraes; 10166 Wanessa Melhado Thome
763 De Freitas Marques; 25812 Marco Antonio De Oliveira; 1102 Constante Antonio
764 Castilini; 15754 Aline Peron Da Silva; 21135 Simone Dantas Teixeira Bissochi;
765 21335 Michel Conrad Robert De Groote; 25123 Frederico Macedo Fernandes
766 Barros; 29421 Ricardo Henrique Ferreira Sanches; 12714 Andreia Baumgart
767 Diesel; 18923 Cristina Alves De Castro; 14535 Maria Iponina Barrionuevo
768 Franzener De Souza; 20410 Raquel Eineck; 25794 Julianna Neves Biglia;
769 28571 Bruna Leticia Camilo Volpato; 27676 Aline Sakamoto Barros; 27677
770 Anderson Da Silva Barros; 29429 Isabela Nader Perusso; 16576 Eder Ferrari
771 Do Nascimento; 11640 Alexandre Magno Kay; 26235 Ellen Karoline Deleoterio
772 Previdelli; 27787 Jovana Chiapetti Tartari.-----
773 **Indeferimento de Baixa de Inscrição:** 21328 Giovana Feit; 10583 Rosana
774 Silva.-----
775 **Inscrição Cancelada "Ex-Officio" Por Falecimento:** 4573 Marlene Vanda
776 Pogorzelski; 6238 Lais Jours Rodrigues De Souza. -----
777 **Registro de Empresa:** 24721 Erika Vilhena Da Silva – Me; 24646 Editora E
778 Distribuidora Educacional S/A; 24690 Edimar Noskoski Menegon Me; 24719
779 Prefeitura Municipal De Ceu Azul; 24648 Fanhani & Melo Ltda; 24742 Baumber
780 Hairconcept Art. Para Cabeleir. Ltda – Me; 24622 Multilog Transportes Ltda;
781 24722 Pasalab Com Prod Para Laboratorio Ltda – Me; 24731 Vip Coletas
782 Laboratoriais - Eireli – Me; 24743 Sanf Farmacias S. A. FI 01; 24715 Nelcy
783 Cordeiro Fornazari Me; 24670 Marcia Rocha De Carvalho Pacheco – Me;
784 24714 Farmacia Fazenda Ltda – Me; 24733 Drogaria Pharmacia P M Ltda Me;
785 4707 Lumann Distribuidora De Medicamentos Ltda – Epp; 24678 Opb Com De
786 Prod Farmaceuticos Eireli – Me; 24703 Pitanga Lab Laboratórios Ltda - Me FI
787 02; 24686 Cirúrgica Itambe - Eireli – Me; 24723 Cia Latino Americana De
788 Medicamentos; 24664 Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 307; 24665 Farmacia
789 E Drogaria Nissei S/A FI 305; 24712 M. D. Dionizio E Dionizio Ltda - Me FI 02;
790 24716 Priority Lab Industria E Comercio Ltda Me; 24700 Farmacia E Drogaria
791 Campobras Ltda FI 11; 24708 Farmacia Pauli Ltda – Me; 24702 Pitanga Lab
792 Laboratorios Ltda - Me FI 01; 24706 Leia Mariano Picoreli - Produtos
793 Farmaceuticos Me; 24650 Pharmaesthetics Do Brasil Ind De Medicamentos
794 Ltda; 24734 Adfm Produtos E Equip. Odontológicos Ltda – Me; 24724 Brandt
795 Medicamentos E Perfumaria Ltda – Me; 24691 Ocimar Knopf Dos Santos – Me;
796 24699 Sandro Rodrigo Gerondi – Me; 24695 Laboratorio De Analises Clinicas
797 Santa Paula Ltda; 24692 Assoc. Func. E Amig Do Hospital De Teixeira Soares;



798 24718 Vitalle Laboratorio De Analises Clinicas S/S Ltda; 24617 Fundo Estadual
799 De Saude Funsauade; 24735 Juliane Mayara Geffer Ortiz Moraes – Me; 24720
800 Hematol Clinica De Terapia Renal De Toledo Ltda; 24730 Caonc Clinica
801 Avancada Oncologia Oeste Do Pr Ltda; 24652 Universitaria Distribuidora De
802 Prod Odon Med Hosp; 24696 Caiua Comercio De Cosmeticos Ltda – Me;
803 Leonardo Vargas De Azevedo & Cia Ltda – Me; 24085 Prefeitura Municipal De
804 Palmas; L005083454 Laboratório De Análises Clin Sao Jose – Eireli.-----
805 **Baixa de Registro por Requerimento:** 23915 G A Mazzi Distribuidora De
806 Medicamentos Me; 17392 Hospital Nossa Senhora Consolata Ltda; 9014
807 Pezzini E Jacob Ltda Epp; 16068 Prefeitura Municipal De Campo Mourao;
808 22225 Eliton Luiz Ravello Me; 16286 Cornelio Procopio Prefeitura; 16159
809 Associacao Paranaense De Cultura Apc; 20391 Ortoart Materiais Cirurgicos
810 Ltda Me; 23797 Artmedical Materiais Cirurgicos - Eireli – Me; 18153 Clelvis
811 Marcio Bono Ruiz; 17621 Adrievilyn Vidal Dos Santos & Cia Ltda – Me; 22117
812 Laboratorio Meprolab Ltda Me FI 03; 18168 Globolink Pharma Ltda Me; 20097
813 Prefeitura Do Municipio De Londrina; 21392 J.M.F. Laboratorio De Analises
814 Clinicas S/S Ltda; 22118 Laboratorio Meprolab Ltda Me FI 02; 18438 Farmacia
815 Marafon Ltda – Me; 21443 Laboratorio Meprolab Ltda Me FI 01; 12858
816 Prefeitura Municipal De Pirai Do Sul; 10936 Vidoreto & Sonvezzo Ltda Epp;
817 16691 Laboratorio Meprolab Ltda Me; 23482 Farmacia Eineck Silvestrini Ltda –
818 Me; 23170 Farmacia Diesel Ltda Me; 15601 Catto & Catto Ltda; 19689
819 Secretaria De Estado Da Saude; 20541 Prati, Donaduzzi & Cia Ltda Filial 02.
820 **Baixa Ex-Officio De Registro:** 16089 Soc Coop De Serv Med De Ctba E Reg
821 Met; 16845 Dermo Formulações Farm Manipulação Ltda Me ; 22089 Castro
822 Liberali & Paula Ltda Me; 20240 Farmacia P Farma - Eireli – Me; 6554 L C
823 Bonfim & Cia Ltda Epp; 23214 Cpg Com Var De Prod Farmacêuticos Eireli Me
824 FI 01; 7070 Gigliotti, Gigliotti & Cia Ltda.-----
825 O Presidente submeteu os Assuntos Administrativos à votação, sendo
826 aprovados por unanimidade. -----
827 **Indicação de Profissionais a serem homenageados:** Dra. Marina Gimenes
828 lembrou aos Conselheiros a solicitação realizada na Plenária de julho acerca
829 de nomes a serem homenageados no dia Internacional do Farmacêutico,
830 comemorado em 25 de setembro. Dr. José dos Passos Neto confirmou apoio à
831 indicação promovida pelo Conselheiro Edmar Myioshi, também realizada na
832 Plenária anterior, referente ao farmacêutico Anderson Rodrigo Anibal, falecido
833 no município de Cianorte, em julho passado, após supostamente se recusar a
834 vender medicamento controlado, sem prescrição médica. A Assessora
835 Científica, Maria Augusta Marcondes, usou da palavra para pedir reflexão
836 acerca do nome escolhido, uma vez que o tributo seria direcionado aos
837 familiares ainda bastante fragilizados com o ocorrido. Dra. Marina Gimenes
838 concordou que talvez o mais viável fosse realizar homenagem em dezembro na
839 câmara de vereadores em Cianorte ou em janeiro, no dia Nacional do
840 Farmacêutico, de qualquer modo esclareceu que a Diretoria está aberta a
841 apresentação de novos nomes. Dr. José dos Passos Neto reafirmou que julga
842 interessante a homenagem já no mês de setembro, uma vez que viria ao
843 encontro da campanha de valorização do farmacêutico promovida por este
844 Regional. Neste sentido, Dr. Emyr Roberto Carobene Franceschi se dispôs a



845 viajar até Cianorte para conhecer de perto a situação que envolveu a morte do
846 farmacêutico, as condições da farmácia onde trabalhava bem como conversar
847 com os familiares. A iniciativa foi aprovada pelo Plenário de forma que a visita
848 deverá acontecer o mais breve possível para, se confirmada a homenagem,
849 preparar o cerimonial para a Plenária de setembro. -----
850 **Assuntos de Fiscalização:** O Gerente do Departamento de Fiscalização Dr.
851 Eduardo Antônio Pereira Pazim iniciou a apresentação do Relatório Fiscal
852 referente ao mês de julho informando que no referido mês, o número de
853 estabelecimentos cadastrados junto ao CRF-PR somou 8.822 (oito mil
854 oitocentos e vinte e dois), um crescimento de 1.76 % (um ponto setenta e seis
855 por cento) em comparação ao mesmo mês em 2016. Deste total, a grande
856 maioria das empresas estão regulares, totalizando 8.369 (oito mil trezentos e
857 sessenta e nove) estabelecimentos, sendo que destes 1.353 (mil trezentos e
858 cinquenta e três) estão instalados na capital e 7.016 (sete mil e dezesseis) no
859 interior do Estado. Quanto aos estabelecimentos irregulares ou ilegais, em
860 julho do corrente ano identificou-se 458 (quatrocentos e cinquenta e oito), com
861 destaque para farmácias e hospitais públicos que proporcionalmente somam a
862 maior porcentagem deste grupo. Dr. Dennis Armando Bertolini questionou se
863 dentre os laboratórios que tiveram irregularidades constatadas no mês de julho
864 existe algum público, opinando que no universo de 716 (setecentos e
865 dezesseis) cadastrados, 19 (dezenove) irregulares somariam uma
866 porcentagem muito expressiva. Dr. Eduardo Antônio Pereira Pazim confirmou
867 que o número apresentado não distingue a propriedade, mas que é possível e
868 vai providenciar a estratificação para apresentá-la aos Conselheiros. Neste
869 viés, Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki se prontificou a acompanhar as
870 medidas administrativas para regularização dos laboratórios municipais que por
871 ventura estiverem inclusos na lista de estabelecimentos irregulares. Dr.
872 Eduardo Antônio Pereira Pazim prosseguiu destacando que no mês de julho
873 quinze fiscais atuaram visitando 275 (duzentos e setenta e cinco) municípios
874 onde realizaram 3.415 (três mil quatrocentas e quinze) inspeções, totalizando
875 22.742 (vinte e duas mil setecentas e quarenta e duas), no acumulado do ano.
876 Ainda em Julho, 259 (duzentos e cinquenta e nove) autos de infração foram
877 lavrados, 146 (cento e quarenta e seis) por diferentes tipos de infrações e 113
878 (cento e treze), especificamente por ausência do profissional, destacado que
879 em uma análise geral, apenas três por cento das inspeções registram auto de
880 infração por ausência do farmacêutico. Explicou que 1.762 (mil setecentas e
881 sessenta e duas), ou seja, 51.6% (cinquenta e um ponto seis por cento) das
882 inspeções, foram voltadas ao perfil um – estabelecimentos em que, pelo
883 histórico de fiscalização, foi identificada a assistência farmacêutica em mais de
884 70% (setenta por cento) das inspeções; 450 (quatrocentas e cinquenta) ou
885 13.2% (treze ponto dois por cento) voltadas a estabelecimentos enquadrados
886 no perfil dois – em que a assistência farmacêutica foi verificada entre 40
887 (quarenta) a 70% (setenta por cento) das inspeções realizadas; 120 (cento e
888 vinte) ou 3.5 % (três ponto cinco por cento) em estabelecimentos de perfil três,
889 em que de acordo com dados da fiscalização a assistência é inferior a 40%
890 (quarenta por cento); 824 (oitocentos e vinte e quatro) ou 24.1 % (vinte e quatro
891 ponto um por cento), nos estabelecimentos de perfil quatro – em que não há



892 histórico de fiscalização suficiente para classificar o estabelecimento; 259
893 (duzentas e cinquenta e nove) ou 7.6% (sete ponto seis por cento) no perfil
894 cinco – estabelecimentos que possuem registros de irregularidades. O Gerente
895 do Departamento de Fiscalização esclareceu ainda que, atendendo a
896 normativa do Conselho Federal de Farmácia, o sistema de informática foi
897 alterado, antes era preciso pelo menos quatro visitas do fiscal para enquadrar o
898 estabelecimento em um dos perfis ou ele automaticamente ficaria no perfil
899 quatro. Agora esta regra vale apenas para estabelecimentos localizados em
900 Curitiba e região metropolitana. No interior do Estado, três inspeções já são
901 suficientes para o enquadramento. Neste contexto, muitas empresas que
902 estavam no perfil quatro migraram para outros perfis de modo que, enquanto
903 em junho 52.5% (cinquenta e dois ponto cinco por cento) dos estabelecimentos
904 inspecionados se enquadrava no perfil quatro, em julho esta porcentagem caiu
905 para 42.2 % (quarenta e dois ponto dois por cento). Dra. Maria do Carmo
906 Baraldo questionou qual a vantagem da mudança e Dr. Eduardo Antônio
907 Pereira Pazim explicou que ao classificar os estabelecimentos a partir de três e
908 não mais quatro visitas, será possível obter um dado mais real para nortear a
909 amostragem a ser fiscalizada. Dr. Emyr Roberto Carobene Franceschi também
910 lembrou que o número de visitas no perfil um sempre será maior porque o
911 número de estabelecimentos que se enquadram nas características de
912 assistência previstas pela estratificação é quantitativamente mais significativa.
913 Dr. Dennis Armando Bertolin complementou que esta é uma informação a ser
914 explorada com os profissionais juntamente com o dado de que apenas 3% (três
915 por cento) das farmácias inspecionadas são efetivamente autuadas,
916 desmistificando a ideia de que a fiscalização busca reproduzir multas. Na
917 contramão das críticas, o Gerente compartilhou que quando os fiscais prestam
918 orientações aos estabelecimentos e se constatada ausências recorrentes ou
919 irregularidade, é seu dever lavrar a penalidade prevista em Lei. Dra. Marina
920 Gimenes questionou se é comum o fechamento de farmácias no horário do
921 almoço e Dr. Eduardo Antônio Pereira Pazim explicou que varia de acordo com
922 a cidade, o público e até mesmo a cultura do local onde está inserido o
923 estabelecimento. Dr. José dos Passos Neto sugeriu intensificar as visitas
924 naqueles estabelecimentos que recém contrataram farmacêuticos a fim de
925 caracterizar o perfil de assistência e dirimir possíveis dúvidas. Entretanto, o
926 Gerente esclareceu que foco direcionado em uma situação específica
927 ocasionará deficiência em outra, julgando mais válido trabalhar com o resultado
928 da primeira visita do que repetir as inspeções em curto espaço de tempo em
929 locais, por ventura, completamente regulares, em detrimento de outros
930 caracterizados como irregulares. Os Conselheiros destacaram ainda que as
931 orientações dos fiscais e o registro detalhado nos relatórios facilitam a
932 compreensão do cenário e o julgamento nos processos ético disciplinares. Dra.
933 Marina Gimenes adiantou que administrativamente está sendo estudada a
934 possibilidade de registrar também nos termos de inspeção a manifestação dos
935 profissionais farmacêuticos. Voltando aos dados estatísticos, o Gerente do
936 Departamento de Fiscalização explicou que considerando as farmácias de
937 propriedade de leigos, 70.4% (setenta e quatro ponto quatro por cento) se
938 enquadram no perfil um, já quando a base de cálculo é a propriedade de



939 farmacêuticos, este mesmo enquadramento cai para 61% (sessenta e um por
940 cento). Esclareceu ao Dr. José dos Passos Neto que não há um
941 direcionamento da fiscalização em farmácias de leigos enquadradas no perfil
942 um, explicando que na prática, em média 5.4 % (cinco ponto quatro por cento)
943 das inspeções são realizadas em estabelecimentos de propriedade de
944 farmacêuticos e 7.2% (sete ponto dois por cento) em farmácias de propriedade
945 de leigos. Compartilhou ainda que, proporcionalmente, os estabelecimentos de
946 propriedade de leigos tem uma média de 2.5 % (dois ponto cinco por cento)
947 farmacêuticos, enquanto nas de propriedade de farmacêuticos esta
948 porcentagem cai para 1.5 (um ponto cinco). Neste contexto, normalmente os
949 proprietários farmacêuticos assumem a responsabilidade por todo o horário de
950 funcionamento tornando-se legalmente desnecessária a contratação de outros
951 profissionais. Entretanto, devido a necessidade de intervalos, como para o
952 almoço, por exemplo, deixariam o estabelecimento desassistido, gerando por
953 vezes as notificações que no mês de julho motivaram o enquadramento de
954 20.7% (vinte ponto sete por cento) destes estabelecimentos no perfil dois. Em
955 esclarecimento ao Conselheiro, Dr. Márcio Augusto Antoniassi, o Gerente
956 explicou que oficialmente as contratações das redes de farmácias têm atendido
957 a legislação, mas na prática é comum o setor de fiscalização identificar que as
958 escalas de trabalho destas, não são respeitadas, o que também tem motivando
959 autos por ausência do profissional. Reconheceu que quando identificada
960 irregularidade o fiscal dedica atenção especial ao estabelecimento a fim de que
961 a pendência seja efetivamente sanada garantindo o atendimento a Lei e a
962 prestação de um serviço de eficiência à população. Na continuidade,
963 atendendo ao pedido da Conselheira Dra. Karen Janaina Galina registrado na
964 Plenária de junho, também foram apresentados dados específicos relativos a
965 farmácias de manipulação. Quando considerados os estabelecimentos de
966 propriedade de farmacêuticos, o Gerente do Departamento de Fiscalização
967 mostrou que em junho, dos 54.5% (cinquenta e quatro ponto cinco por cento)
968 das farmácias com manipulação fiscalizadas enquadraram-se no perfil um;
969 13.5% (treze ponto cinco por cento) no perfil dois; 2.6% (dois ponto seis por
970 cento) no perfil três; e 29.4% (vinte e nove ponto quatro por cento) no perfil
971 quatro, destacando que é preciso atentar para este último perfil para que pelo
972 menos três visitas sejam realizadas de forma a possibilitar um enquadramento
973 mais específico. Quanto às Farmácias com manipulação de propriedade de
974 leigos, os dados de junho revelaram que 61.4% (sessenta e um ponto quatro
975 por cento) enquadram-se no perfil um; 10% (dez por cento) no perfil dois; 4.3%
976 (quatro ponto três por cento) no perfil três; e 24.3% (vinte e quatro ponto três
977 por cento) no perfil quatro. Dr. Eduardo Antônio Pereira Pazim referenciou aos
978 Conselheiros que de forma semelhante aos dados gerais sobre as farmácias
979 comunitárias, há uma diferença próxima aos 10% (dez por cento) entre os
980 estabelecimentos de propriedade de leigos e farmacêuticos enquadradas no
981 perfil um. A Conselheira Dra. Marina Sayuri Mizutani Hashimoto questionou
982 quantos estabelecimentos, em termos de números, as porcentagens
983 apresentadas se referem e se existe uma análise diferenciando interior e
984 capital do Estado, sendo esclarecida que para esta apresentação os dados não
985 foram estratificados por município e que a base de cálculo refere-se a 499



986 (quatrocentas e noventa e nove) farmácias com serviço de manipulação. O
987 Gerente também confirmou a colocação da Dra. Sandra Lara Sterza de que os
988 perfis são indicadores que orientam o trabalho da fiscalização, mas não podem
989 ser tratados isoladamente para caracterizar a realidade da assistência, até
990 porque, de acordo com a Conselheira, os fiscais observam uma pequena
991 parcela da assistência ofertada, o que não significa que a situação flagrada
992 represente o cotidiano do estabelecimento inspecionado. Para um
993 mapeamento mais fiel, ainda de acordo com a Dra. Sandra Lara Sterza, seria
994 necessário aumentar o número de fiscais contratados, bem como intensificar as
995 visitas a cada farmácia, mas infelizmente isto não se enquadraria na
996 capacidade técnica e orçamentária do Conselho. Dr. José dos Passos Neto
997 complementou que os argumentos da Conselheira reforçam a importância do
998 Plenário estar esclarecido em relação a política adotada pelo Departamento de
999 Fiscalização. Na sequência o Gerente mostrou levantamento geral do perfil
1000 societário de farmácias de propriedade de farmacêuticos. De acordo com os
1001 dados levantados pelo Departamento de Fiscalização, das 2.018 (duas mil e
1002 dezoito) farmácias enquadradas no perfil um, 230 (duzentas e trinta) possuem
1003 sócios com cota inferior a 10%; 96 (noventa e seis) têm sócios com cota que
1004 varia de 10.1% (dez ponto um por cento) a 30% (trinta por cento) e em 1.692
1005 (mil seiscentos e noventa e dois) estabelecimentos as contas societárias são
1006 superiores a 30.1% (trinta ponto um por cento). Para o Dr. Emyr Roberto
1007 Carobene Franceschi o dado trouxe uma surpresa positiva, uma vez que
1008 desmistificou a ideia de que farmacêuticos contratados assumiriam cota
1009 societária mínima para responder por tempo integral pelo estabelecimento. Dra.
1010 Lia Mello de Almeida questionou se existem dados históricos sobre a estatística
1011 apresentada, sendo esclarecido pelo Dr. Eduardo Antônio Pereira Pazim que o
1012 sistema de informática adotado não contemplava este levantamento em anos
1013 anteriores, mas a partir de agora será possível fazer este registro. Por outro
1014 lado, foram apresentados gráficos da evolução dos serviços prestados pelo
1015 Departamento de fiscalização nos últimos anos. Em 2014, por exemplo,
1016 existiam treze fiscais farmacêuticos contratados que realizaram em média
1017 2.217 (duas mil duzentas e dezessete) inspeções cada um, hoje são 16
1018 (dezesseis) fiscais com a perspectiva de até o final do corrente ano a
1019 expectativa é atingir uma média de 2.425 (duas mil quatrocentas e vinte e
1020 cinco) inspeções cada. Os gráficos apresentados mostraram ainda que
1021 enquanto em 2014, 83.4% (oitenta e três ponto quatro por cento) das visitas
1022 eram realizadas de segunda a sexta em horário comercial, esta média reduziu
1023 para 72.8 (setenta e dois ponto oito) em 2017. Em proporção menor também
1024 teve queda no período o número de visitas realizadas de segunda a sexta no
1025 período noturno: representavam 7.3% (sete ponto três por cento) do total e
1026 agora representam 6.7% (seis ponto sete por cento) sendo que, de acordo com
1027 Dr. Eduardo Antônio Pereira Pazim, a redução deverá ser avaliada pelo setor
1028 para que organize mais ações noturnas, lembrando que apesar da queda
1029 percentual, em números reais estas inspeções aumentaram. Por fim, quanto às
1030 visitas realizadas aos finais de semana houve um aumento de 9.3% (nove
1031 ponto três por cento) para 20.5% (vinte ponto cinco por cento) do total das
1032 inspeções realizadas. Relatou ainda que o número de autos de infração vem



1033 aumentando, ano após ano, e que cerca de 60% (sessenta por cento) deles
1034 têm como referência a ausência do farmacêutico no estabelecimento
1035 fiscalizado, o que iria ao encontro da visão do CRF-PR de garantir a presença
1036 do farmacêutico habilitado e capacitado nas diferentes áreas de atuação. Dra.
1037 Marina Sayuri Mizutani Hashimoto questionou se existe algum posicionamento
1038 da fiscalização acerca da venda de anorexígenos, já que os Regionais de São
1039 Paulo e Santa Catarina se manifestaram favoravelmente à responsabilização
1040 deste comércio. Considerando a peculiaridade do assunto, Dr. Emyr Roberto
1041 Carobene Franceschi sugeriu que a Comissão Assessora de Manipulação
1042 Alopática e Homeopática análise os documentos relacionados ao assunto e
1043 colocou à disposição todos os Departamentos internos do CRF a fim de auxiliar
1044 na elaboração do Parecer Técnico sobre a matéria. Dr. Dennis Armando
1045 Bertolini sugeriu ainda buscar as experiências de São Paulo e Santa Catarina
1046 para construir este posicionamento o mais breve possível. Dra. Karen Janaina
1047 Galina lembrou que existem três legislações sobre o tema e a manifestação
1048 deste Regional é importante para garantir a segurança jurídica dos
1049 farmacêuticos. Concluindo o debate Dra. Marina Sayuri Mizutani Hashimoto se
1050 encarregou de buscar junto ao Departamento de Vigilância Sanitária do Paraná
1051 um posicionamento sobre o tema, bem como construir um entendimento na
1052 Comissão Assessora de Manipulação a qual coordena e repassará as
1053 orientações para que todo o grupo siga o mesmo entendimento, inclusive a
1054 fiscalização. -----

1055 **Processo Administrativo Fiscal:** O Gerente do Departamento de
1056 Fiscalização, Dr. Eduardo Antônio Pereira Pazim explicou que no mês de julho
1057 foram registrados 173 (cento e setenta e três) autos sem defesa por parte das
1058 empresas. Também esclareceu a existência de autos que deverão ser
1059 cancelados por: decisão judicial; mudança no CNPJ de empresa instalada no
1060 mesmo endereço de outra previamente autuada, o que só foi identificado
1061 depois da lavratura do auto; dois casos de lavratura de autos em período
1062 inferior a cinco dias, ocasionada por erro administrativo; duas situações de
1063 autos de ausência motivados por profissional prestar serviço em horário distinto
1064 do qual estava cadastrado, sendo que as empresas comprovaram que houve
1065 equívoco do sistema do Regional, uma vez que as mudanças haviam sido
1066 efetuadas; e por fim cancelamento de auto relacionado a profissional que
1067 estava trabalhando em período que documentou férias, sendo constatado que
1068 a própria farmacêutica não atentou-se para a data que havia solicitado o direito.
1069 Reforça ainda dois deferimentos. Em um deles, a farmacêutica que
1070 desempenhava atividades em uma farmácia e em um laboratório e ao
1071 comunicar sua ausência o Conselho interpretou a falta apenas para um
1072 estabelecimento. Analisando o caso a Dra. Sandra Iara Sterza entendeu que
1073 no texto de e-mail a profissional foi clara ao informar sobre o afastamento em
1074 ambas as empresas, tendo havido uma falha no tratamento interno da
1075 informação. Neste viés a Conselheira reforçou a importância do fiscal ao
1076 detalhar os acontecimentos que envolvem as inspeções realizadas de forma a
1077 melhor alicerçar o Parecer dos Conselheiros Relatores. Na sequência, Dr.
1078 Eduardo Antônio Pereira Pazin procedeu à apresentação dos processos
1079 administrativos fiscais para apreciação e julgamento do plenário sendo: -----



1080 **173 (cento e setenta e três) processos que não apresentaram defesa,**
1081 **resultando na aplicação da penalidade de multa:** ■4460 - Uriel Wille Ehlke
1082 AI 21381707051817 ■5152 - Della Giustina & Cia Ltda - Me Matriz AI
1083 21341707101630 ■13113 - Farmacia Acelino Ltda Me AI 20261707100859
1084 ■14946 - Farmacia Fenelon Ltda Epp AI 21381707091715 ■15327 - G P De
1085 Brito & Cia Ltda AI 21341707261219 ■16871 - Farmácia E Drogaria
1086 Campobras Ltda AI 21401707080736 ■17030 - Drogaria Petrifarma Ltda Me AI
1087 21381707091641 ■19059 - Drogaria Matinhos Ltda Epp AI 21381707252022
1088 ■19952 - Prefeitura Municipal Marilândia Do Sul AI 87121/17 ■21900 - Luiz
1089 Fernando Fernandes Medicamentos-Me AI 21381707051223 ■22126 - N M G
1090 Fajardo - Medicamentos - Me AI 20011707260908 ■22422 - Laercio Marchi Da
1091 Silva Medicamentos AI 20231707181432 ■22594 - Godinho E Godinho Ltda -
1092 Me AI 21341707291609 ■23681 - Trajano & Cia Ltda FI 10 AI 20041707281251
1093 ■ 25332 - Jardel C Bordignon & Cia Ltda Epp AI 21061707301150 ■25487 -
1094 Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 20 AI 20061707121604 ■25520 - Farmácia
1095 E Drogaria Nissei S/A FI 21 AI 21381707062036 ■25558 - Farmácia E Drogaria
1096 Confarma Ltda Me FI 01 AI 20261707241300 ■26940 - Posto De
1097 Medicamentos Nelson Ltda Me AI 20061707141113 ■27202 - Rocha & Lamur
1098 Medicamentos Ltda Me AI 21391707181859 ■27313 - Guedes Ferreira Farm
1099 De Manipulação Ltda Me AI 20261707250824 ■27317 - Farmácia E Drogaria
1100 Nissei S/A FI 14 AI 21381707252329 ■27983 - A S Unoki Santos & Cia Ltda Me
1101 AI 21401707101747 ■28040 - L J Mackert Distribuidora Eireli - Me AI
1102 20051707141422 ■28518 - Rosana Tiemi Yamamoto AI 20231707180939
1103 ■29555 - Luiz Henrique Garcia & Cia Ltda - Me AI 20061707311107 ■ 29980
1104 - Julio Cesar Costa Me AI 20231707191317 ■30345 - Marcos Cesar Traiano AI
1105 21361707280816 ■31498 - O C Medicamentos Ltda AI 21341707101409
1106 ■31499 - Didek Medicamentos Ltda Me AI 21341707101452 ■ 32646 - Nkn
1107 Com Prod Farmacêuticos Ltda Me - Mtz AI 21361707081712 ■33295 -
1108 Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 35 AI 21391707132132 AI 21391707262109
1109 ■33642 - Farmácia E Drogaria Nissei S/A FI 49 AI 20061707051718 ■ 33681
1110 - Sales & Ramos Ltda Me AI 21401707081454 ■ 33950 - Prefeitura Municipal
1111 De Sao Pedro Do Parana AI 87013/17 ■ 34077 - Farmacia Ana Luiza Ltda Me
1112 AI 20401707111500 ■34505-Farmácia Ramipar Ltda FI 05 AI 21381707091040
1113 ■34693 - Rpp Comércio De Medicamentos Ltda Me AI 21341707091156
1114 ■34848 - F J G Fadel & Fadel Ltda AI 21231707011543 ■ 36721 - Farmacia
1115 E Drogaria Nissei S/A FI 79 AI 20051707261351 ■ 37264 - Farmácia E
1116 Drogaria Nissei S/A FI 129 AI 20261707141606 ■ 37652 - Elyete Dorhnert
1117 Souza AI 21381707062119 AI 20061707121657 AI 21381707252101 ■ 38327
1118 - Agl - Comercio De Medicamentos Ltda - Me AI 21351707291008 ■ 38640 -
1119 Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 98 AI 21401707080815 ■ 38950 - Marilena
1120 Prefeitura AI 87012/17 ■ 39030 - Fundo Municipal De Saude AI 86402/17
1121 ■ 39352 - A J D Comercio De Medicamentos Ltda Me AI 21391707062052
1122 ■ 39620 - J P R Garcia & Cia Ltda - Me AI 21401707151216 ■ 41001 -
1123 Guilherme Palu Gelatti Me AI 21381707011321 ■ 41329 - Braga E Gamaroni
1124 Ltda Me AI 20231707071213 ■ 41492 - Tucumantel E Tucumantel Ltda - Me
1125 FI 07 AI 21391707282003 ■ 42325 - Tucumantel E Tucumantel Ltda FI 02 AI
1126 20261707141013 ■ 42358 - Tucumantel E Tucumantel Ltda FI 03 AI



- 1127 21391707282013 ■ 42363 - Wendel Aparecido Nunes & Cia Ltda Me Al
1128 21381707301652 ■ 42695 - Companhia Brasileira De Distribuicao Al
1129 20061707271546 ■ 43065 - G B Strapasson & Cia Ltda - Epp Al
1130 21391707092140 ■ 44476 - Smm Chmiel & Cia Ltda Me Al 20401707051318
1131 ■ 44643 - M M Olsen & Cia Ltda Al 21381707191229 ■ 44787 - Ortoart
1132 Materiais Cirurgicos Ltda Me Al 21381707061717 ■ 44876 - Farmacia E
1133 Drogaria Petropolis Ltda Me Al 21341707251844 ■ 44944 - Vitor Rafael
1134 Martins Borges Me Al 21391707111154 ■ 45113 - Farmacia E Drogaria Nissei
1135 S/A FI 198 Al 21061707181251 Al 21061707271343 ■ 45326 - Novamed
1136 Apucarana Com De Produtos Hosp Ltda Epp Al 21401707211521 ■ 45882 -
1137 Farmacia Irmaos Pavesi Ltda - Epp FI 26 Al 20261707121710 ■ 46865 - G B
1138 Strapasson & Cia Ltda - Epp FI 01 Al 21391707092147 ■ 46892 - Farmacia E
1139 Drogaria Nissei S/A FI 221 Al 21401707301325 ■ 47089 - Centro De Analises
1140 Clinicas Sant Ana Ltda Me Al 21401707130843 ■ 47092 - Ajwk Farmacia
1141 Ltda Me Al 21381707081110 ■ 47160 - Dimed S/A Distribuidora De
1142 Medicamentos Al 20011707250923 ■ 47731 - Drogaria Matinhos Ltda Epp FI
1143 02 Al 21381707091315 Al 87212/17 ■ 47747 - Raia Drogasil S.A. FI 143 Al
1144 21391707282310 ■ 47749 - Raia Drogasil S.A. FI 728 Al 20011707280932
1145 ■ 47750 - Raia Drogasil S.A. FI 121 Al 21381707062246 Al 21381707252243
1146 ■ 47754 - Raia Drogasil S.A. FI 140 Al 20011707051635 Al 21391707221718
1147 ■ 47757 - Raia Drogasil S.A. FI 229 Al 21381707062312 Al 21381707252309
1148 ■ 47758 - Raia Drogasil S.A. FI 316 Al 21381707301229 ■ 47764 - Raia
1149 Drogasil S.A. FI 326 Al 21401707052308 Al 21401707300805 ■ 47769 - Raia
1150 Drogasil S.A. FI 336 Al 21351707260907 ■ 47772 - Raia Drogasil S.A. FI 334
1151 Al 21401707062018 Al 21401707182126 Al 20231707261543 ■ 47775 - Raia
1152 Drogasil S.A. FI 338 Al 20051707071648 Al 21401707251921 ■ 47780 - Raia
1153 Drogasil S.A. FI 382 Al 20041707051215 Al 21361707151219 Al
1154 21361707240004 ■ 47786 - Raia Drogasil S.A. FI 442 Al 21361707231715
1155 ■ 47792 - Raia Drogasil S.A. FI 455 Al 21401707090647 Al 21401707252314
1156 ■ 47835 - Raia Drogasil S.A. FI 141 Al 21391707051947 Al 21391707181950
1157 ■ 47836 - Raia Drogasil S.A. FI 142 Al 20061707101737 Al 21381707191713
1158 Al 21381707252254 ■ 47892 - Raia Drogasil S.A. FI 150 Al 21391707052012
1159 Al 21391707182307 ■ 48506 - Esete Comercio De Prod Farmaceuticos Ltda
1160 - Me Al 20051707180917 ■ 48678 - Farmacia Unica Ltda - Me Al
1161 20051707251322 ■ 49051 - Dimed S/A Distribuidora De Medicamentos FI
1162 517 Al 20011707251002 ■ 49111 - Raia Drogasil S.A FI 506 Al
1163 20061707051729 Al 21381707251723 ■ 49467 - Baruck Com De
1164 Medicamentos Ltda Me Al 20061707271148 ■ 49706 - Marcos Antonio
1165 Pedrozo Medicamentos - Eireli - Me Al 21381707011738 ■ 49874 - Raia
1166 Drogasil S/A FI 328 Al 20061707131245 Al 21381707191747 ■ 50541 -
1167 Farmacia Popular Do Povo Medicamentos Ltda - Me Al 21391707231230
1168 ■ 50622 - Claudete Nazare De Asevedo Pedro E Cia Ltda Me Al
1169 21231707010853 ■ 50864 - Eduardo Hipolito Anacleto Farmacia Me Al
1170 20401707111223 ■ 51302 - Farmandrade Comercio De Medicamentos Ltda
1171 Me Al 21391707141841 ■ 51536 - T R Siqueira Me Al 21231707011501
1172 ■ 51544 - Dimed S/A Distribuidora De Medicamentos FI 527 Al
1173 21391707102129 Al 21391707231829 ■ 51584 - Raia Drogasil S.A. FI 562 Al



- 1174 20011707280813 ■ 51777 - Farmacia Preço Baixo De Cianorte Ltda AI
1175 21351707250822 ■ 52258 - Sofimed Comercio Farmaceutico Ltda - Me AI
1176 21391707282220 ■ 52348 - Agii - Comercio De Medicamentos Ltda AI
1177 21381707301128 ■ 52410 - J F Dos Santos Me AI 20401707101632
1178 ■ 52518 - Dimed S/A - Distribuidora De Medicamentos AI 21391707091725
1179 ■ 52665 - Nely Maria Deczka Me AI 21361707101259 ■ 52749 - Cts
1180 Drogaria Eireli - Me AI 21381707061737 AI 21381707301256 ■ 52931 -
1181 Farmacia Brasil Ltda - Me AI 21391707261656 ■ 52962 - Tatiane Jackes
1182 Ceccarelli - Me AI 21381707091452 ■ 53123 - Joice Cristina Rosa Da Silva
1183 Farmacia Eireli Me AI 20011707071116 AI 20011707251055 ■ 53131 -
1184 Texlusk & Fixa Ltda - Me AI 87213/17 ■ 53275 - Raia Drogasil S/A FI 632 AI
1185 21401707051847 ■ 53318 - Eder De Freitas Lima - Me AI 20231707141139
1186 ■ 53441 - Strapafarma Ltda - Me AI 20011707051457 ■ 53486 - Afl
1187 Comercio De Medicamentos Ltda - Me AI 21391707081214 ■ 54080 -
1188 Farmacia E Drogaria Campobras Ltda FI 04 AI 21341707071242 ■ 54279 - R
1189 M Comercio De Medicamentos Ltda FI 23 AI 21391707081233 ■ 54332 -
1190 Raia Drogasil S.A FI 709 AI 20261707121634 AI 20261707241245 ■ 54385 -
1191 Raia Drogasil S.A FI 729 AI 21381707091853 ■ 54445 - Raia Drogasil S.A FI
1192 731 AI 20011707280909 ■ 54458 - Farmacia E Drogaria Campobras Ltda FI
1193 07 AI 20231707071302 ■ 54459 - Farmacia E Drogaria Campobras Ltda AI
1194 21341707071403 ■ 54462 - W Nandi E Cia Ltda Me FI 01 AI
1195 20041707071403 ■ 54497 - Bernuci & Caparroz Ltda - Me AI
1196 21401707301231 ■ 54515 - B & J Comercio De Medicamentos Ltda - Me AI
1197 20261707181210 ■ 54522 - Raia Drogasil S/A FI 708 AI 21391707052039
1198 ■ 54558 - Raia Drogasil S.A FI 725 AI 21391707102207 AI 21391707262202
1199 ■ 54612 - Drogaria Matinhos Ltda - Me AI 21381707091306 AI 87211/17
1200 ■ 54713 - Raia Drogasil S.A. FI 748 AI 21391707051956 ■ 54877 - L De
1201 Moura Farmacia Me AI 21341707101523 AI 21341707241627 ■ 54894 -
1202 Farmacia Fenelon Ltda - Epp AI 21381707091707 ■ 54915 - Drogaria Ssg
1203 Farma Ltda - Me AI 20261707181227 ■ 54974 - Zankoski & Hernandez Ltda -
1204 Me AI 20261707070857 AI 21381707301054 ■ 55021 - Aenelly Candido
1205 Rapp - Farmacia - Me AI 20061707051408 AI 20061707140932 ■ 55242 -
1206 Raia Drogasil S/A FI 774 AI 20011707280855 ■ 55298 - Drogaria Litoral Pr
1207 Com De Med Ltda - Me AI 20061707060938 AI 20061707121704 AI
1208 21381707181306 AI 21381707252057 ■ 55424 - Nossa Farmacia Popular
1209 Com Med Ltda - Me AI 21381707091727 ■ 55681 - Tottene & Couto
1210 Comercio De Medicamentos Ltda - Me AI 21381707091650 ■ 56034 - Raia
1211 Drogasil S/A FI 814 AI 20061707051652 ■ 56091 - Neide Nascimento
1212 Farmacia Me AI 21061707130932-----
1213 **68 (sessenta e oito) processos para aplicação da penalidade**
1214 **considerando as defesas indeferidas tempestivamente:** ■ 2375 - Crema &
1215 Davanso Ltda Me AI 20371609200841 ■ 12848 - Farmacia Miura Ltda AI
1216 21361609241131 ■ 15749 - Fittomedic Formulacoes Ltda Me AI
1217 20371609021158 ■ 16871 - Farmacia E Drogaria Campobras Ltda AI
1218 80574/16 ■ 22068 - Glapinski & Glapinski Ltda FI 05 AI 21371609181327
1219 ■ 22594 - Godinho E Godinho Ltda Me AI 21351609221627 ■ 24596 -
1220 Saude Perfeita Comercio De Medicamentos Ltda Me AI 21351608311204



- 1221 ■ 25287 - Carlos Alberto Guollo AI 87182/16 ■ 28764 - Farmacia Quesia
1222 Ltda Me AI 21381609251115 ■ 30431 - Marco Elias Ferri & Cia Ltda Me AI
1223 21371609181114 ■ 31011 - Empreendimentos Pague Menos S/A FI 229 AI
1224 20011609200859 ■ 31241 - Debora Marinho De Oliveira Me AI
1225 20061609011024 ■ 31607 - Terminal Tamandare Medicamentos Ltda Me AI
1226 21371609031517 ■ 31702 - Pszybylski & Gimenes Ltda - Me AI
1227 20231610250834 ■ 31774 - Prefeitura Municipal De Sao Manoel Do Parana
1228 AI 85891/16 ■ 32815 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 46 AI
1229 20261608041233 ■ 33640 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 53 AI
1230 20261608261253 ■ 34077 - Farmacia Ana Luiza Ltda Me AI
1231 21351609191756 ■ 34133 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 63 AI
1232 21371610312134 ■ 34457 - Total Med Com Varejista Prod Farmac Ltda Me AI
1233 21341609031025 ■ 36407 - Lrc Manipulacao De Medic Veterinarios Ltda Me
1234 AI 21361609201225 ■ 37264 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 129 AI
1235 20011608301456 ■ 37265 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 126 AI
1236 20061606271735 AI 21381608201215 AI 20061608291717 ■ 37362 -
1237 Tucumantel Comercio De Medicamentos Ltda Me AI 21371606081853
1238 ■ 37743 - Cantele Farmacia E Drogaria Ltda AI 21371610171947 ■ 38562 -
1239 Fz Comercio De Medicamentos Ltda Me AI 21351609122100 ■ 38729 -
1240 Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 118 AI 20011608230805 ■ 38740 -
1241 Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 125 AI 20061606271619 AI
1242 20061608041232 AI 21381608191951 AI 21381610141224 ■ 38874 - Juliano
1243 Veronese & Cia Ltda Me AI 82085/16 AI 21351608271544 ■ 39206 -
1244 Farmazonn Com De Medicamentos E Perfumaria Ltda Me AI 20011606221636
1245 ■ 39309 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 133 AI 20261609281238
1246 ■ 39620 - Emerson A De Oliveira E Cia Ltda Me AI 20231609081029
1247 ■ 39669 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 141 AI 21371608031935
1248 ■ 39670 - Farmacia Miral Ltda Me AI 21371608281045 ■ 40359 - L S De
1249 Almeida & Cia Ltda AI 21351608261608 ■ 41422 - Farmacia E Drogaria
1250 Nissei S/A FI 148 AI 20011607280902 ■ 41541 - Farmacia E Drogaria Ramos
1251 E Frozza Ltda Me AI 83896/16 ■ 43823 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI
1252 279 AI 20061607290955 ■ 44796 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 194 AI
1253 20061608171214 ■ 45916 - I R F Medicamentos Ltda Me AI
1254 21381609231615 ■ 46470 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 216 AI
1255 21371607051811 ■ 46703 - Limberger Medicamentos Ltda AI
1256 21351608151231 ■ 46716 - Demizu & Cia Ltda Me AI 20051608221708
1257 ■ 46814 - A P Cesar - Medicamentos Me AI 21351608291341 ■ 46845 -
1258 Farmacia E Drogaria Nissei Ltda FI 219 AI 20261607191239 AI
1259 20261608171228 ■ 47772 - Raia Drogasil S.A. FI 334 AI 86674/16 ■ 47923
1260 - Glapinski & Glapinski Ltda FI 19 AI 21371609181338 ■ 48492 -
1261 Empreendimentos Pague Menos S/A FI 624 AI 20011609200835 ■ 48737 -
1262 Raia Drogasil S.A. FI 457 AI 21381607131509 ■ 49539 - Batista Comercio De
1263 Medicamentos Ltda Me AI 82098/16 ■ 49874 - Raia Drogasil S/A FI 328 AI
1264 21381607131534 AI 20061608051521 ■ 49885 - Farmacia Beta Parolin Eireli
1265 - Me AI 20011609011139 ■ 51777 - Farmacia Preço Baixo De Cianorte Ltda
1266 AI 20231608010900 ■ 51796 - Farmacia Preco Baixo De Ubirata Ltda AI
1267 82100/16 ■ 52518 - Dimed S/A - Distribuidora De Medicamentos AI



1268 20011607251714 ■ 52617 - J L Tolotti E Cia Ltda - Me AI 21351609191318
1269 ■ 52971 - Luceia Aparecida Teodoro - Farmacia - Me AI 21381609171806
1270 ■ 53218 - Dimed S/A - Distribuidora De Medicamentos FI 534 AI
1271 21381608201636 ■ 53962 - Farmacia E Drogaria Nissei S/A FI 278 AI
1272 21371609262008 ■ 54316 - Farmacia Clima Ltda - Me AI 20261608250900---
1273 **02 (dois) processos que obtiveram voto do conselheiro pela aceitação da**
1274 **defesa:** ■ 12532 - Farmacia Hessel Ltda Epp AI 20261608191456 ■ 36918
1275 - Farmafort Com De Produtos Farmaceuticos Ltda Me AI 21361609041128-----
1276 **07 (sete) processos cancelados:** ■ 11906 - V D Bagetti & Cia Ltda ME AI
1277 84899/15 ■ 13051 - L C Bonfim & Cia Ltda Epp AI 20061708021317
1278 ■ 19059 - Drogaria Matinhos Ltda Epp AI 21381707062040 ■ 23225 -
1279 Cabral Comercio De Medicamentos Ltda AI 21401707300740 ■ 43797 -
1280 Dimed S/A - Distribuidora De Medicamentos FI 01 AI 20011707270814
1281 ■ 48737 - Raia Drogasil S.A. FI 457 AI 20061708090839 ■ 55298 - Drogaria
1282 Litoral Pr Com De Med Ltda - Me AI 20061707311207-----
1283 Finalizando a matéria, o Presidente Dr. Arnaldo Zubioli submeteu os Assuntos
1284 de Fiscalização à votação, sendo aprovados por sua totalidade. -----
1285 **Alterações na Deliberação 905/2016:** O documento em questão delibera
1286 acerca da verba de representação, disciplina o pagamento de diárias, jetons e
1287 ressarcimento de despesas pelo CRF-PR e dá outras providências. Dr. Emyr
1288 Roberto Carobene Franceschi esclareceu que o assunto de referência depende
1289 de resposta referente à Consulta ao Conselho Federal de Farmácia, conforme
1290 deliberado pelos conselheiros no dia anterior. Neste sentido, a pauta foi
1291 suprimida até que o CFF se manifeste sobre o pagamento do adicional de
1292 bagagem quando da compra de passagens aéreas. -----
1293 **Alterações na Deliberação 907/2016:** A normativa delibera acerca da verba
1294 prevista no artigo 17 da Resolução n. 598/2014 e dá outras providências. O
1295 Gerente Jurídico Vinícius Gomes de Amorim explicou que a Deliberação de
1296 referência trata sobre o ressarcimento de despesas, não define prazo para
1297 solicitar o reembolso, sendo que muitos pedidos estariam sendo formulados
1298 tempos depois da realização do evento, dificultando a organização do
1299 Departamento Financeiro. Neste contexto, o Gerente Jurídico solicitou ao
1300 Plenário a inclusão, na deliberação existente, de um prazo específico para
1301 solicitação de ressarcimento, nos casos em que a convocação se refere ao
1302 mesmo município de residência do participante. Sugeriu assim, prazo de três a
1303 cinco dias após o ato para solicitar a verba, sendo indeferida a concessão
1304 quando o pedido for apresentado após este prazo. Em discussão, Dr. José dos
1305 Passos Neto questionou como ficaria a nova redação e Vinícius Gomes de
1306 Amorim esclareceu que nada mudaria no teor da Deliberação, acrescentar-se-
1307 ia apenas uma frase com a indicação do prazo operacional, uma vez que a
1308 deliberação é omissa enquanto a isto. O Conselheiro sugeriu três dias para a
1309 entrega de documentos. No entanto alguns colegas pediram prazo de cinco
1310 dias. Após debate concluiu-se pela aprovação unânime de três dias úteis após
1311 o evento para solicitar Indenização de Despesas com Deslocamento, sob pena
1312 de perda do direito. Ao fim, o Gerente Jurídico se comprometeu a trazer a
1313 Deliberação devidamente complementada para referendo na Reunião Plenária
1314 conseguinte. -----



1315 **Minuta de Deliberação - Diretrizes Orçamentárias:** Visto a supressão da
1316 pauta de Deliberação acerca das verbas de representação, o debate sobre as
1317 Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018, inicialmente previsto para
1318 acontecer no período da tarde, foi adiantado. O Gerente Geral, Dr. Sérgio
1319 Satoru Mori esclareceu que a partir da participação em cursos sobre
1320 Governança e Administração Pública, em que representou este Regional,
1321 tomou conhecimento sobre ações de promoção da eficiência no serviço
1322 prestado. Aplicando o aprendizado ao CRF, disse observar a necessidade de
1323 algumas adequações, por isso elaborou uma proposta de diretrizes
1324 orçamentárias e um mapa estratégico, este último compartilhado com todos os
1325 Conselheiros a pedido da Diretoria. O Gerente Geral explicou que o mapa
1326 estratégico busca atender aos farmacêuticos e a população, que são o público
1327 alvo do Regional, atentando a visão de garantir a presença de Farmacêutico
1328 ético, habilitado e capacitado nas diferentes áreas de atuação da profissão e à
1329 missão de zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da
1330 classe dos que exercem atividades farmacêuticas no Estado. Para isto, no
1331 ambiente interno, reforçou a importância de desenvolver processos de
1332 promoção da gestão de um atendimento eficiente, uma fiscalização de forma a
1333 garantir efetiva assistência farmacêutica e regulamentação para o exercício
1334 ético-profissional nos cuidados em saúde pública. Explanou ainda sobre o
1335 desenvolvimento de processos de apoio a fim de uniformizar e aperfeiçoar a
1336 gestão por processos e de riscos, aprimorar a capacitação e orientação técnica
1337 dos farmacêuticos, desenvolver e aperfeiçoar instrumentos de transparência e
1338 controle social, implementar parcerias com centros de ensino e com setores da
1339 sociedade na capacitação do farmacêutico em prol da saúde do paciente,
1340 assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade e
1341 promover a inter-relação entre o CRF-PR e os estudantes do curso de
1342 farmácia em prol de ações de interesse público, o que tem sido feito a partir do
1343 CRF-JR. Para que seja colocado em prática, Dr. Sérgio Satoru Mori esclareceu
1344 que é preciso assegurar a organização de uma equipe qualificada e
1345 comprometida com os valores institucionais, investir em tecnologia para
1346 atender aos objetivos estratégicos da instituição e promover gestão da
1347 liderança, com alinhamento entre processos, pessoas e tecnologia,
1348 assegurando resultados de excelência. Tudo isto formando um mapa
1349 estratégico e, com base neste, alinhado com as necessidades de cada setor, a
1350 elaboração do orçamento do exercício financeiro de 2018. Nesta perspectiva, o
1351 Gerente Geral propôs a aplicação do total da receita arrecadada, deduzida a
1352 cota parte do CFF, da seguinte forma: Mínimo de 23% (vinte e três por cento)
1353 para atender o desenvolvimento das atividades do Departamento de
1354 Fiscalização, contemplando despesas com pessoal e seus benefícios e
1355 encargos, diárias, combustível, pedágios, locação de veículos, manutenção de
1356 sistemas, renovação de equipamentos e capacitação; Mínimo de 5% (cinco por
1357 cento) do orçamento para promover a gestão do atendimento com agilidade e
1358 presteza aos profissionais e empresas farmacêuticas e aprimorar a capacitação
1359 e orientação técnica dos farmacêuticos para o melhor exercício da profissão
1360 nas mais diversas áreas de atuação; Mínimo de 5% (cinco por cento) para
1361 assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação do papel do



1362 farmacêutico com a sociedade e promoção a inter-relação entre o CRF-PR e os
1363 estudantes do curso de farmácia em prol dos cuidados farmacêuticos; Mínimo
1364 de 0.4% (zero ponto quatro por cento) e máximo de 0.6% (zero ponto seis por
1365 cento) para ações de capacitação, para atender ao objetivo estratégico de
1366 desenvolver competências de dirigentes e colaboradores; Mínimo de 5% (cinco
1367 por cento) do orçamento para investimento em tecnologia da informação,
1368 manutenções físicas da sede e seccionais; Até 0.2 % (zero ponto dois por
1369 cento) da receita anual arrecada para constituir recursos para reserva de
1370 contingência e; Máximo de 50% (cinquenta e cinco por cento) do total das
1371 Receitas Correntes do exercício para despesas com pessoal conforme limite
1372 previsto na Lei Responsabilidade Fiscal. O Gerente popôs ainda que a
1373 alocação dos recursos de superávit financeiro de exercícios anteriores fique
1374 condicionada à utilização em despesas de capital, como por exemplo, bens
1375 móveis e imóveis; exceto quando o CFF editar resolução que interfira na
1376 execução orçamentária. Por fim, destacou que regulamentar como deve ser o
1377 planejamento estratégico para o ano seguinte é importante para nortear as
1378 ações gerenciais deste Conselho, garantir uma boa administração além de
1379 atender a uma exigência do Tribunal de Contas da União. Dra. Marina Gimenes
1380 questionou se as porcentagens apresentadas consideram valores arrecadados
1381 em anos anteriores e teve a confirmação do Gerente Geral que o valor
1382 representa 88.8% (oitenta e oito ponto oito por cento) da cota de arrecadação
1383 que pertence ao Regional. Dr. José dos Passos Neto alertou que os
1384 Conselheiros tiveram conhecimento prévio de outros referenciais sendo
1385 acompanhado pela Dra. Sandra lara Sterza que também percebeu o conflito de
1386 informações. Dr. Sérgio Satoru Mori se comprometeu a rever os dados e
1387 reforçou que a intenção do mapa estratégico é nortear futuras ações
1388 administrativas, independentemente dos Diretores quem venham a conduzir o
1389 Conselho, de modo a alicerçar, mas não substituir o planejamento
1390 orçamentário. A Conselheira Dra. Sandra lara Sterza sugeriu aumentar a
1391 porcentagem destinada ao setor de fiscalização de 23 (vinte e três) para 30%
1392 (trinta por cento), Dr. Sérgio Satoru Mori explicou que até poderia, mas seria
1393 arriscado, lembrando que o valor inicialmente proposto é mínimo e poderá ser
1394 ampliado mediante a disponibilidade de recursos. A Conselheira prosseguiu
1395 posicionando-se pela redução de gastos com Comissões, por exemplo, a fim
1396 de direcionar mais recursos para investimentos em fiscalização. Dr. Márcio
1397 Augusto Antoniassi manifestou preocupação em definir um valor tão
1398 significativo como de investimento obrigatório, sugerindo que a Diretoria, que
1399 acompanha o dia a dia da aplicação dos recursos, opine sobre o aumento
1400 proposto pela Conselheira, até porque seria preciso analisar de onde viriam os
1401 7% (sete por cento) para contemplar o aumento percentual sugerido sem
1402 prejudicar outros setores. O Gerente Geral disse haver uma margem de 12 %
1403 (doze por cento) para remanejamentos, mas é preciso guardar um valor como
1404 contingência caso o Federal publique uma normativa de isenções, por exemplo,
1405 mudando a previsão de receita. Neste sentido Dr. Márcio Augusto Antoniassi
1406 alertou que se contemplada a proposta da Dra. Sandra lara Sterza a
1407 contingência já baixaria para 5% (cinco por cento) do valor arrecadado,
1408 voltando a afirmar a necessidade de avaliação mais cautelosa, para verificar se



1409 ao priorizar determinado Departamento não haveria prejuízo para o conjunto de
1410 ações. Dr. Emyr Roberto Carobene Franceschi destacou que hoje são
1411 investidos 25% (vinte e cinco por cento) da receita em fiscalização sugerindo
1412 assim, definir este valor como o mínimo a ser direcionado para o setor no ano
1413 que vem. A Gerente Contábil, Cristiane Bregenski interveio para explicar que o
1414 valor proposto se assemelha ao executado atualmente e neste sentido, envolve
1415 os custos com recursos humanos. De acordo com os dados financeiros,
1416 aumentar para 25% (vinte e cinco por cento) a parcela direcionada à
1417 fiscalização é arriscado porque poderia comprometer outros setores ou motivar
1418 irregularidade por não conseguir atingir a cota inicialmente proposta, ratificando
1419 manifestações já apresentadas. Frisou ainda que os 23% (vinte e três por
1420 cento) inicialmente definidos são uma referência mínima de forma que, uma
1421 vez com disponibilidade orçamentária, seria possível aumentar o repasse,
1422 conforme já dito. Questionada sobre os atuais custos da folha de pagamento
1423 do Regional, a Gerente compartilhou que compromete 50% (cinquenta por
1424 cento) da receita arrecadada exigindo atenção. Dr. José dos Passos Neto
1425 solicitou a possibilidade de deduzir o custo da folha de pagamento dos fiscais
1426 dos 23% (vinte e três por cento) de investimentos propostos para a
1427 fiscalização, de forma que a porcentagem total seja direcionado
1428 exclusivamente a investimentos no setor. A Gerente Contábil explicou que se
1429 isto for feito a administração torna-se inviável, uma vez que do total
1430 arrecadado, 25% (vinte e cinco por cento) seria repassado ao Federal, 50%
1431 (cinquenta por cento) comprometido com a folha e 23% (vinte e três por cento)
1432 para fiscalização, restando apenas 27% (vinte e sete por cento) da receita
1433 para administrar as demais necessidades do Regional. Por fim, Cristiane
1434 Bregenski se comprometeu a estudar as contribuições realizadas e reestruturar
1435 a Minuta apresentada para futura apreciação e deliberação do Plenário. -----
1436 O Presidente Dr. Arnaldo Zubioli encerrou, anunciando intervalo para o almoço
1437 com retorno no período da tarde. -----
1438 A Reunião foi retomada às quatorze horas. -----
1439 **Internacionalização do Currículo dos Cursos de Farmácia:** Dra. Cynthia
1440 França Bordin, Membro da Comissão Assessora de Educação, contextualizou
1441 que a internacionalização é um processo no qual se integra dimensão
1442 universal, intercultural ou global em um programa. Dentro de um curso de
1443 graduação, especificamente, se manifesta pelo intercâmbio entre professores e
1444 alunos, estágios fora do país, pesquisas entre outros que agregam ao
1445 conhecimento dos envolvidos tornado a formação ainda mais competitiva e
1446 atual. Explicou que alguns fatores favorecem a internacionalização, entre eles o
1447 ambiente educacional bilíngue, produção científica e tecnológica
1448 internacionalizada, validade internacional e acordos de cooperação para
1449 facilitar o trânsito de estudantes. Disse que na Europa os currículos são
1450 unificados, o que facilita o trânsito de profissionais entre os países,
1451 diferentemente da América Latina onde esta unidade não é observada,
1452 inclusive com existência de âmbitos de atuação muito distintos. Neste viés,
1453 apresentou a oferta de programas de intercâmbio de dupla formação, cursando
1454 parte do curso no Brasil parte no exterior, tendo diploma emitido pelas duas
1455 instituições podendo, inclusive, atuar nos dois países sem necessidade de



1456 convalidação. Também falou que existem programas de acreditação que
1457 acontecem frente à concordância de currículos e documentação, informando
1458 sobre uma tratativa para que a formação em farmácia entre para a lista dos
1459 cursos com acreditação no Mercosul. Ainda sobre a internacionalização dos
1460 currículos a Palestrante lembrou dos programas de curta duração, que
1461 envolvem estágios e visitas técnicas, além de Intercâmbio para alunos de Pós
1462 Graduação, Mestrado e Doutorado. Dra. Maria do Carmo Marques Baraldo
1463 questionou se existem provas quando da acreditação, Dra. Cynthia França
1464 Bordin esclareceu que o currículo é analisado quando do tratado de
1465 cooperação, de qualquer forma existe todo um encaminhamento para verificar
1466 a documentação e necessidade de complementação curricular. Além disso,
1467 existe um edital que prevê desempenho acadêmico mínimo, prova de
1468 proficiência na língua e até mesmo prova específica sobre o curso. Dr. Arnaldo
1469 Zubioli compartilhou informações sobre o processo de formação em outros
1470 países e que na América do Sul, em especial, existe um decreto que dispõe
1471 sobre o reconhecimento implícito do currículo farmacêutico no Brasil em
1472 referência a formados na área em instituições dos países que compõem o
1473 Mercosul. De forma semelhante os farmacêuticos brasileiros, quando do
1474 trabalho dentro do Bloco, tem o diploma validado em processo regulamentado
1475 por cada país integrante. Também revelou que o farmacêutico brasileiro que
1476 quer trabalhar em Portugal, precisa passar por um exame da ordem, ampliando
1477 o debate sobre as diferenças nos currículos e áreas de atuação farmacêutica
1478 em diferentes países. Por fim, Dr. Arnaldo Zubioli julgou o debate produtivo,
1479 lembrando que em épocas passadas existiam problemas em áreas de fronteira
1480 relacionados ao trabalho de farmacêuticos de um país em outro, hoje não mais.
1481 Os Conselheiros compartilharam experiências de profissionais de outros países
1482 que buscaram validar o diploma no Brasil e Dra. Cynthia França Bordin também
1483 chamou a atenção para refugiados que por vezes buscam em solo brasileiro a
1484 conclusão de cursos que iniciaram em outros países. Concluindo, a Palestrante
1485 apresentou um modelo de acordo de dupla diplomação entre Universidades
1486 brasileira e italiana, bem como a grade curricular definida pela parceria apenas
1487 para ilustrar o que fora discutido. -----

1488 **Realização de Testes Rápidos fora do ambiente laboratorial:** Dra. Mauren
1489 Isfer Anghebem lembrou que a realização de auto teste não é algo novo e que
1490 este tem como objetivo acompanhar ou detectar doenças, com o propósito de
1491 auxiliar o paciente. Também apresentou para Plenária os conceitos de teste
1492 remoto, como aqueles realizados por meio de um equipamento laboratorial
1493 situado fisicamente fora da área de um laboratório clínico, mas manuseado por
1494 um profissional capacitado; e de teste rápido, que também deve ser aplicado
1495 por profissional, permitindo a leitura e interpretação dos resultados em no
1496 máximo 30 minutos, sendo de fácil execução e não necessitando de estrutura
1497 laboratorial completa, tendo como objetivo principal reduzir epidemias como
1498 parte de programas de prevenção. A partir deste embasamento, Dra. Mauren
1499 Isfer Anghebem, apresentou o surgimento de uma plataforma para realização
1500 de testes rápidos remotos que promete rapidez, baixo custo e ampliação do
1501 acesso ao diagnóstico de doenças, usando como exemplo a empresa
1502 paranaense Hi Technologies. Destacou que o intuito deste debate não é barrar



1503 o surgimento de novas tecnologias, mas garantir que sejam ofertadas com
1504 segurança aos profissionais e à população atendida. Explicou que o serviço de
1505 atendimento da empresa, ao qual teve acesso por telefone, informa que não se
1506 trata de um auto teste e a aquisição do produto está vinculada a uma única
1507 unidade de apoio à diagnóstico sendo que este laboratório próprio de análises
1508 clínicas – o Hilab, teria profissionais capacitados para emissão dos laudos,
1509 sendo eles biomédicos e médicos. Neste contexto, compartilhou que um
1510 projeto piloto desta plataforma está sendo executado em uma farmácia
1511 tradicional de Curitiba e em breve a previsão é ter 40 (quarenta)
1512 estabelecimentos aplicando a tecnologia como ensaio. Explanou que a
1513 empresa em si possui os comprovantes legais, registro de produto na Agência
1514 Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa e inscrição no Cadastro Nacional de
1515 Estabelecimentos de Saúde, CNES. Entretanto, Dra. Mauren Isfer Anghebem
1516 compartilhou que, apesar de os produtos e a empresa atenderem algumas
1517 legislações vigentes, o serviço gera dúvidas, de modo que tem motivando a
1518 manifestação de vários CRFs. Neste viés, informou aos Conselheiros que a
1519 Comissão Assessora de Análises Clínicas elaborou um memorando se
1520 posicionando que, levando em conta a isonomia entre as funções e descrições
1521 aplicadas aos laboratórios clínicos, a funcionalidade pré-analítica da Hilab
1522 Tecnologias se enquadra como Posto de Coleta, devendo, portanto, submeter-
1523 se a normatização destes. Além disto, o documento descreve que a execução
1524 e a propaganda de equipamentos de análises clínicas de forma remota,
1525 contrariam a legislação atual, por exemplo, a RDC 302/2005 da Anvisa. A
1526 Conselheira também levantou a existência de incertezas acerca da segurança,
1527 uma vez que não se tem acesso às formas de controle de qualidade interno e
1528 externo; aos registros de todos os procedimentos; a sistemática de liberação de
1529 resultados; aos algoritmos, árvores de decisão para cada teste rápido e
1530 procedimento para resultados potencialmente críticos; e nem mesmo ao plano
1531 de gerenciamento de resíduos. Na sequência, trouxe a realidade de outros
1532 países onde existe uma classificação de acordo com a complexidade dos
1533 testes realizados, o que lamentou não existir no Brasil, apresentando como
1534 exemplo o auto testes de HIV, uma doença complicada e que possui vários
1535 fatores que podem motivar resultado falso positivo, no entanto com a
1536 disposição de testes rápidos que podem até ser adquiridos pela Internet. A
1537 Palestrante reconheceu que a plataforma de testes remotos informa sobre o
1538 risco de interpretação equivocada e as limitações do teste, alertando o usuário
1539 a procurar um serviço de saúde para confirmação do resultado com exames
1540 laboratoriais e encaminhamento para tratamento gratuito, se necessário, mas
1541 de acordo com a ela, isto não minimizaria os efeitos imediatos na vida de um
1542 paciente que recebe o resultado positivo para a presença do vírus considerado
1543 devastador para o organismo. Ainda com relação ao porvir, afirmou ser preciso
1544 não apenas pensar na autorização do que se faz, mas nas consequências do
1545 processo, retomando mais uma vez a necessidade de controle sobre os
1546 resíduos gerados pela realização de exames. Por fim Dra. Mauren Isfer
1547 Anghebem propôs alguns questionamentos como se o Brasil -
1548 estabelecimentos, paciente, usuário, profissionais de saúde - já estaria
1549 preparado para todas estas mudanças; Qual seria o papel do farmacêutico,



1550 como profissional de saúde, ao assumir a realização de testes rápidos na
1551 farmácia; Qual regulamentação respaldaria este exercício profissional; De que
1552 forma o farmacêutico estaria garantindo a segurança do paciente ao realizar
1553 este serviço. Lembrou que a nova tecnologia também motiva dúvidas quanto
1554 ao enquadramento no Código de Ética Profissional, como por exemplo, no que
1555 diz respeito ao não exercício da profissão farmacêutica sobrepondo-se à
1556 promoção, prevenção e recuperação da saúde e com fins meramente
1557 comerciais; a vedação de assinar trabalho realizado por outrem, alheio à sua
1558 execução, orientação, supervisão ou fiscalização ou, ainda, assumir
1559 responsabilidade por ato farmacêutico que não praticou ou do qual não
1560 participou. Dra. Lia Mello de Almeida colaborou atentando para a ausência de
1561 respostas no âmbito trabalhista, o pagamento pela insalubridade a que estaria
1562 sendo exposto o farmacêutico, por exemplo. A Conselheira, agradeceu a
1563 colocação e disse ser necessária a colaboração de todos para se construir um
1564 posicionamento do CRF- PR a respeito. O Assessor Executivo, Dr. Luciano
1565 Pacheco assumiu a palavra para compartilhar a experiência prática que teve ao
1566 visitar a farmácia que executa o projeto piloto da plataforma de testes remotos
1567 em Curitiba. Registrou agradecimento ao farmacêutico Dr. Márcio Frata e
1568 mostrou fotos da visita realizada. Esclareceu que o exame ofertado pelo
1569 sistema na farmácia é o Beta HCG sanguíneo e que este, diferentemente do
1570 que divulga o material publicitário, exige mais do que uma simples gota de
1571 sangue para ser realizado. Mostrou que cada exame vem em um kit que
1572 contém lanceta, um copinho e uma pipeta. O sangue é pipetado em uma fita
1573 que posteriormente é inserida em uma pequena máquina. O equipamento faz a
1574 leitura e via *bluetooth* encaminha o resultado para o celular do farmacêutico.
1575 No próprio celular o profissional preenche uma ficha com informações sobre o
1576 paciente e encaminha, por internet, todos os dados para uma central da
1577 empresa. A empresa emite um laudo com duas páginas, a primeira com
1578 explicações para o paciente e a segunda com o resultado efetivo do exame,
1579 que é enviado para os e-mails do farmacêutico e o do paciente. Como se trata
1580 de um projeto piloto, não há cobrança, mas se cobrado, o custo seria
1581 semelhante ao que se paga hoje nos laboratórios. Ainda de acordo com o
1582 Assessor Executivo, o farmacêutico esclareceu que ao contrário do que informa
1583 o material publicitário da empresa responsável pela tecnologia, o resultado não
1584 é obtido em quinze minutos, mas em tempo que varia de 24 (vinte e quatro) a
1585 40 (quarenta) minutos, o que por vezes faz com que o paciente não espere o
1586 laudo no estabelecimento. Também repassando informações prestadas pelo
1587 farmacêutico Dr. Márcio Frata, a sensibilidade do equipamento não é
1588 totalmente eficiente, já que ocasionalmente resultados trariam a leitura zerada
1589 de componentes sanguíneos quantitativos. Neste viés, Dr. Luciano Pacheco
1590 relatou que hoje o profissional que está aplicando o projeto piloto não
1591 comercializaria o produto por não ter total confiança no resultado que oferece.
1592 Por fim, quanto à postura do Conselho em relação a este serviço, o Assessor
1593 Executivo disse que será encaminhado expediente à Vigilância Sanitária da
1594 Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Paraná para que responda se os
1595 resultados destes exames são realmente eficientes e ao Conselho de
1596 Biomedicina questionando se a propaganda do equipamento realmente condiz



1597 com a prática, uma vez que o apelo comercial seria muito forte, destacando a
1598 promessa de levar a realização de exames a regiões remotas. Dra. Mauren
1599 Isfer Anghebem voltou a colaborar informando que além do Beta HCG e HIV a
1600 intensão da empresa é fornecer os exames dos vírus Zika, Chikunguya,
1601 dengue, hepatite, teste de gravidez, colesterol total, HDL, hemoglobina glicada,
1602 vitamina D, glicemia, dentre outros, reafirmando que alguns destes são muito
1603 complexos e por consequência, poderão apresentar problemas. Dr. Dennis
1604 Armando Bertolini explanou que hoje um curso a distância do Ministério da
1605 Saúde seria suficiente para aplicar testes rápidos, isto porque a preocupação
1606 inicial foi dar acesso ao exame desconsiderando os reflexos práticos, como
1607 conservação do produto, problemas na coleta e outras questões fisiologias que
1608 podem afetar o resultado como, por exemplo, a possibilidade de um falso
1609 positivo para HIV quando de paciente grávida ou pós vacina da gripe. Ainda de
1610 acordo com o Conselheiro, a qualidade dos kits também motiva preocupação,
1611 compartilhando que recentemente acompanhou a realização de testes rápidos
1612 para dengue em que as amostras foram sabidas positivas e o resultado foi
1613 negativo. Neste contexto, informou aos colegas que o assunto será tema de um
1614 debate no I Congresso Brasileiro de Ciências Farmacêuticas a ser realizado em
1615 novembro, até porque, a própria literatura mostraria preocupação com relação
1616 à qualidade dos testes rápidos. Dr. Dennis Armando Bertolini opinou ainda ser
1617 questionável trazer mais uma função aos estabelecimentos farmacêuticos
1618 tentando adaptar no Brasil algo que existe nos países já desenvolvidos.
1619 Concluiu manifestando preocupação com a forma como o sistema está sendo
1620 implantado e disse acreditar que os testes, ainda que pilotos, deveriam ser
1621 fiscalizados pela Vigilância Sanitária, porque o fato de serem gratuitos não
1622 eximiriam os riscos. O Assessor Executivo acredita ser necessário a emissão
1623 de uma normativa sobre como o farmacêutico deve se posicionar quando do
1624 resultado de um teste positivo para HIV, por exemplo. Dra. Marisol Domingues
1625 Muro também foi convidada a colaborar, informando que o hospital em que
1626 trabalha também foi chamado a participar do teste piloto junto à empresa que
1627 está ofertando a plataforma e se impressionou com a informatização
1628 implantada. Acredita que terão que ajustar muitas coisas, mas julgou prudente
1629 o desenvolvimento de um trabalho conjunto para efetivamente garantir a
1630 qualidade do que ir de encontro ao serviço ofertado. Esclareceu que o
1631 laboratório importa todas as fitas para realização dos exames da China,
1632 revelando preocupação frente à facilidade na aquisição, opinando que não
1633 deverá demorar para surgirem mais empresas com a mesma proposta. Dra.
1634 Marisol Domingues Muro finalizou dizendo acreditar que as farmácias poderão
1635 ampliar os serviços como postos de coleta, sendo necessário desenvolver uma
1636 normatização sobre a matéria. Dra. Mauren Isfer Anghebem concordou com o
1637 posicionamento, até porque entende que se não for assim, o farmacêutico
1638 poderá perder espaço no mercado de trabalho. Dr. Arnaldo Zubioli exemplificou
1639 que nos Estados Unidos existem farmácias que tem um aparelho que
1640 possibilita a realização de mais de vinte exames dentro do estabelecimento.
1641 Com relação à aplicação dos testes remotos no Brasil, pressupõe que o
1642 programa considera o autocuidado com a saúde, mas não com o profissional e
1643 em todas as áreas de trabalho humano, as novas tecnologias trazem



1644 desconforto de forma que o caminho seria se antecipar às mudanças que estão
1645 sendo propostas para melhor recepcioná-las. Dra. Mônica Holtz Cavichiolo
1646 Grochocki destacou que sua preocupação não é o uso da tecnologia para obter
1647 o resultado rápido de um exame, mas o que será feito a partir do resultado dos
1648 testes, porque o farmacêutico deverá estar preparado para orientar o paciente
1649 quanto à possibilidade e de um falso negativo, por exemplo. Dr. Dennis
1650 Armando Bertolini concordou que não basta apenas vender um produto, é
1651 preciso estar capacitado. Dr. Arnaldo Zubioli complementou que tudo é passível
1652 de erro, a diferença é como se lida com ele. Finalizando, O Presidente afirmou
1653 que o assunto ainda motivará muito debate visto que a pauta está longe de ser
1654 esgotada. -----

1655 **Assuntos Gerais:** Dra. Maria do Carmo Baraldo agradeceu ao Fiscal
1656 Farmacêutico Edson Siqueira Alves por ter ministrado a palestra Fiscalização
1657 sem Mistérios para acadêmicos do Curso de Farmácia da Universidade
1658 Estadual do Oeste do Paraná, em Cascavel, tendo sido muito elogiado por
1659 docentes e discentes. Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki agradeceu o
1660 apoio do Conselho para a realização de reuniões de orientação promovidas
1661 pela Comissão Assessora de Assistência Farmacêutica do Serviço Público
1662 informando que 165 (cento e sessenta e cinco) farmacêuticos já foram
1663 atingidos nos encontros realizados em Curitiba, Londrina, Maringá, Francisco
1664 Beltrão e Umuarama, tendo ainda reuniões marcadas para Ponta Grossa e
1665 Cascavel. Dr. José dos Passos Neto elogiou todos os colegas que se
1666 colocaram à disposição do CRF-PR se candidatando às eleições e pediu para
1667 que os envolvidos prestem contas dos valores investidos no processo,
1668 sugerindo ainda pedir ao Federal que inclua este pedido na Resolução que
1669 normatiza o pleito. Dr. Arnaldo Zubioli concordou, complementando que o
1670 próprio Regional poderia deliberar pela apresentação da declaração do imposto
1671 de renda quando a assunção de eleitos, da mesma forma que quando da
1672 entrega do cargo, trazendo mais lisura ao processo e ao mandato. Dra. Sandra
1673 lara Sterza lembrou que já havia esta normativa, mas Dr. Arnaldo Zubioli
1674 clarificou que a regra foi revogada. Dra. Lia Mello de Almeida aproveitou o
1675 momento para informar sobre negociações de reajuste salarial, destacando que
1676 depois de muito debate foi acordado aumento de 5% (cinco por cento) para
1677 farmacêuticos que atuam em laboratórios. Por fim, Dr. Arnaldo Zubioli
1678 informou aos presentes de que o Regional enviou nota de condolência aos
1679 familiares da Farmacêutica Lais Jours Rodrigues de Souza, de Maringá, a
1680 profissional faleceu depois de muito tempo lutando contra um câncer. O
1681 Presidente agradeceu a presença de todos e eu, Dra. Marina Gimenes, lavrei a
1682 presente ata que após lida e aprovada, será assinada. -----
1683 Curitiba, dezoito de agosto de dois mil e dezessete. -----

1684 Dr. Arnaldo Zubioli _____ Presidente
1685 Dr. Emyr Roberto Carobene Franceschi _____ Vice-Presidente
1686 Dra. Mirian Ramos Fiorentin _____ Diretora Tesoureira
1687 Dra. Marina Gimenes _____ Diretora Secretária-Geral
1688 Dra. Cynthia França Wolanski Bordin _____ Conselheira
1689 Dr. Edmar Miyoshi _____ JUSTIFICOU _____ Conselheiro
1690 Dr. José Antônio Zarate Elias _____ JUSTIFICOU _____ Conselheiro



1691	Dr. José dos Passos Neto _____	Conselheiro
1692	Dra. Karen Janaina Galina _____	Conselheira
1693	Dr. Márcio Augusto Antoniassi _____	Conselheiro
1694	Dra. Maria do Carmo Marques Baraldo _____	Conselheira
1695	Dra. Marina Sayuri Mizutani Hashimoto _____	Conselheira
1696	Dra. Mauren Isfer Anghebem _____	Conselheira
1697	Dr. Maurício Portella _____ JUSTIFICOU _____	Conselheiro
1698	Dra. Mônica Holtz Cavichiolo Grochocki _____	Conselheira
1699	Dra. Sandra Iara Sterza _____	Conselheira